

MAURO FRANCO NETO

Intelectuais e mediações: a *Revista Brasileira* (1857-1881) e o problema das  
apropriações na cultura intelectual do Brasil oitocentista

Monografia de Bacharelado

Mariana

Instituto de Ciências Humanas e Sociais / UFOP

2013

MAURO FRANCO NETO

Intelectuais e mediações: a *Revista Brasileira* (1857-1881) e o problema das  
apropriações na cultura intelectual do Brasil oitocentista

Monografia apresentada ao curso de História  
da Universidade Federal de Ouro Preto  
como parte dos requisitos para obtenção do  
grau de Bacharel em História

Orientador: Dr. Mateus Henrique de Faria  
Pereira

Mariana

Instituto de Ciências Humanas e Sociais / UFOP

2013

## AGRADECIMENTOS

Momento especial este de poder nos haver com aquilo que, de uma forma ou de outra, teve particular importância nesse período tão marcante que é a graduação. Não sei se saio com a sensação de dever cumprido, mas certamente com aquela de ter buscado conciliar duas coisas fundamentais: o tempo dedicado aos estudos e à formação intelectual, com aquele destinado aos amigos e ao compartilhamento de experiências que levarei para a vida.

Inicialmente agradeço ao apoio concedido pelo CNPq e a UFOP ao projeto de pesquisa coordenado pelo professor Mateus Henrique de Faria Pereira entre 2010 e 2012, cujo qual resultou nessa monografia. Ao professor Mateus, devo a oportunidade de ingressar no campo das investigações e devo o tempo que dedicou para conversas e interlocuções que foram de importância ímpar para minha formação. Aos professores Marcelo Rangel e Valdeci Araújo agradeço a disponibilidade para comentar este trabalho. Seus trabalhos escritos e aulas que ministraram foram uma das principais fontes das indagações que resultaram nessa monografia.

Ao meu pai, Marcos e minha mãe Lucinha não sei o que seria de mim sem seu apoio, confiança e carinho, incondicionalmente. Aos amigos seria justo trazer uma mensagem específica a cada um deles em que pudesse mencionar cada coisa que vou levar comigo. Ao camarada Bianchi, além da amizade, agradeço a abertura para compartilhar inquietações sobre nosso mundo contemporâneo e também sobre nossa iniciante carreira como historiadores. Ao Luan, fica a certeza de que a distância nunca será capaz de abalar a amizade. Ao Cazuza, o agradecimento por sempre estar ali para uma boa prosa sobre música e sobre a vida, essencial para um desafogo da, às vezes, mesquinha vida acadêmica. Agradeço ainda aos companheiros de “República” onde morei, principalmente pela tolerância em momentos difíceis. São eles: Godô, Baiano, Lula, Tortuga, André e os “agregados” Roger, Dentinho e Boça. Encerro com um trecho de Giorgio Agamben que, penso, sintetiza minha trajetória:

“Essencial é, em todo caso, que a comunidade humana seja aqui definida, em relação àquela animal, por um conviver que não é definido pela participação em uma substância comum, mas por uma convivência puramente existencial e, por assim dizer, sem objeto: a amizade, como consentimento do puro fato de ser. Os amigos não compartilham alguma coisa (um nascimento, uma lei, um lugar, um gosto): eles são con-divididos pela experiência da amizade. A amizade é o compartilhamento que precede qualquer divisão, porque o que há para partilhar é o próprio fato de existir, a própria vida. E é essa partilha sem objeto, esse con-sentir original, que constitui a política.”

Mas é isso mesmo que nos faz senhores da terra, é esse poder de restaurar o passado, para tocar a instabilidade das nossas impressões e a vaidade dos nossos afetos. Deixa lá dizer Pascal que o homem é um caniço pensante. Não; é uma errata pensante, isso sim. Cada estação da vida é uma edição, que corrige a anterior, e que será corrigida também, até a edição definitiva, que o editor dá de graça aos vermes.

Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*

Por más que se intente acrecentar el esfuerzo, variar los métodos, ensanchar o restringir el campo de estudio, examinar las cosas desde muy arriba o penetrar la estructura secreta de una época, analizar los archivos de los particulares, los documentos de familia, las actas privadas, los periódicos de la época, los bandos municipales, esos diversos acontecimientos no convergen, no encuentran una idea única como lindero. Cada uno tiene como límite la naturaleza y el carácter de sus autores, y de todo esto sólo se obtiene una evidencia, a saber: la imposibilidad de separar al observador de la cosa observada y a la historia del historiador.

Paul Valéry, *Discurso de la Historia*

Monografia de Bacharelado apresentada ao departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, sendo avaliadores os seguintes professores:

Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel

Prof. Dr. Valdei Lopes de Araújo

Prof. Dr. Mateus Henrique de Faria Pereira  
Orientador

Universidade Federal de Ouro Preto  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais  
Departamento de História

## **Resumo**

A proposta dessa monografia é investigar como boa parte da intelectualidade brasileira na segunda metade do século XIX lidou com o problema das mediações cultural e intelectual, bem como sobre a maneira pela qual o fenômeno das apropriações atuou na configuração de uma cultura intelectual que não se privou da palavra alheia para definir sua própria imagem e também do país. Para tanto, foi tomada a *Revista Brasileira*, periódico que se constituiu na segunda metade do século XIX (1857-1861, 1879-1881), em um dos principais espaços de circulação de textos, tanto nacionais quanto internacionais, sobre literatura e crítica literária, economia, história, ciências naturais, artes, entre outros temas. A monografia deve ser tomada como um convite ao pensar sobre a história intelectual brasileira oitocentista, que valorize a complexidade do mencionado jogo das apropriações, e que busca colocar limites à tradicional “história das ideias” quanto à sua efetividade para explicar a cultura intelectual brasileira.

## **Abstract**

The purpose of this monograph is to investigate how good part the brazilian's intellectuality in the second half of the nineteenth century faced the problem of the cultural and intellectual mediations, as well as on the way in which the phenomenon of appropriation played in the configuration of a intellectual's culture that does not deprive of “others” word to form their own image and of the country. Therefore, it was taken *Revista Brasileira*, journal which constituted itself in the second half of the nineteenth century (1857-1861/1879-1881) one of the main circulation spaces of texts, both national and international, on literature and literary criticism, economics, history, natural sciences, arts, among other topics. The monograph must be taken as an invitation to think about the intellectual history of nineteenth-century Brazil, that values the complexity of mentioned play of appropriations, and seeks to put limits on the traditional "history of ideas" as to their effectiveness in explaining the Brazilian intellectual culture.

## SUMÁRIO

<b>Introdução:</b> Escrevendo história no pós Giro-linguístico – tempo histórico moderno, imprensa e intercâmbios intelectuais.....	1
<b>Cáp. 1:</b> <i>Revista Brasileira</i> (1857-1861): apropriações do “outro” como <i>termômetro</i> da ilustração.....	8
1-As revistas e a <i>Revista Brasileira</i> (1857-1861).....	10
2-Leituras do liberalismo como <i>termômetro</i> do desenvolvimento econômico.....	17
3-Literatura e alteridade na <i>Revista Brasileira</i> .....	21
4-Histórias cruzadas: o <i>outro</i> na construção de uma Ciência nacional.....	24
5-Considerações finais.....	27
<b>Cap. 2:</b> Caminhos para a <i>civilização</i> e as representações de Portugal na <i>Revista Brasileira</i> (1879-1881): uma possível leitura da teoria do desejo mimético sobre os intercâmbios intelectuais no Brasil oitocentista.....	30
1-A centralidade do conceito de <i>civilização</i> e sua acepção entre o particular e o universal..	33
2-O problema da mediação cultural e as representações de Portugal na <i>Revista Brasileira</i> : intelectuais e desejo mimético.....	37
2.1-O lugar de Portugal no contexto civilizacional e o progressivo distanciamento com a cultura portuguesa.....	38
2.2-O Outro como obstáculo à civilização: a nociva concorrência portuguesa.....	41
2.3-As polêmicas intelectuais.....	44
2.4-A procura pelo debate e uma nova polêmica: a questão linguística.....	46
3-“Daquela lei biológica que obriga as plantas a inclinarem-se para o lado donde lhes vem a luz”: as apropriações francesas como um caso de mediação externa?.....	48
4-Considerações finais.....	52
<b>Conclusão?</b> O desafio linguístico para a história intelectual: reconsiderando o problema das apropriações.....	54
<b>Bibliografia</b> .....	58

## Introdução

### Escrevendo história no pós Giro-linguístico: tempo histórico moderno, imprensa e intercâmbios intelectuais

\*

Seria importante iniciar este trabalho de encerramento de curso retomando aquilo que acredito ser um dos principais subsídios que pude extrair desses quatro anos de graduação, e daquilo no qual o departamento de História da UFOP é particularmente atencioso: a centralidade da dimensão teórica para o fazer historiográfico, para nossa forma de encarar o “real” testando nossas próprias impressões, além de ser uma forma inteligente de se fazer perguntas mais do que propriamente de oferecer respostas. O que aparece nessas 60 páginas que aqui seguem são fruto de um regime específico da escrita historiográfica, não tão recente, mas que sem dúvida foi capaz de lançar desafios que, em partes, ainda permanecem obliterados pelos pesquisadores.

O “giro-linguístico” foi responsável pela definição de um novo elo com o passado, além de lançar problemas epistemológicos que alteraram a forma pela qual a historiografia construía seus textos. A constituição da historiografia moderna com evidentes pretensões científicas fora desestabilizada por um conjunto de críticas que apostam na assimétrica relação entre sujeito e objeto, nas fracas relações de causalidade uma vez que todo sentido seria posterior ao evento, na incapacidade da historiografia em trabalhar com o dualismo “falso” e “verdadeiro”, etc. Estava em jogo aqui a perda da autoridade da fonte histórica como parte constituinte do debate historiográfico, sendo que esta mais do que elemento de síntese de uma argumentação, era um meio pelo qual o historiador construiria sua reflexão. Não haveria, então, um passado imóvel em forma de substância que o historiador revela ao público, mas sim a construção dele no próprio ato interpretativo e da escrita do historiador. É a partir dessas considerações que a diferenciação rústica entre realidade e ficção perde sua *raison d'être*. E aqui, segundo o teórico holandês Frank Ankersmit, “a linguagem científica não é mais um ‘espelho da natureza’, mas é uma parte do inventário da realidade, tanto quanto os objetos reais que a ciência estuda.”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>ANKERSMIT, Frank. *Historiografia e pós-modernismo*. Topoi, Rio de Janeiro, mar. 2001, pág. 120.



Talvez a monografia seja o único momento de uma carreira acadêmica hoje onde podemos colocar questionamentos de ordem mais pessoal, onde temos uma relativa liberdade para fazer uma digressão sobre o porque o conhecimento histórico assume ainda importância para um graduando mesmo não se pautando mais, ao menos integralmente, na capacidade de nos revelar uma verdade ou um real confiável. Essa é uma questão que é sempre colocada pelos alunos no primeiro dia de aula como graduando. A resposta pode estar, e aqui me alinho com as proposições de Ankersmit, num substrato ético da produção historiográfica. Enquanto que para o historiador modernista “a evidência é um azulejo que ele levanta para ver o que está por baixo; para o pós-modernista<sup>2</sup>, ela é um azulejo sobre o qual ele pisa para chegar a outros azulejos; horizontalmente em vez de verticalmente.”<sup>3</sup> Ou seja, se o historiador modernista defende uma relação objetiva com um passado a ser revelado, aquele pós “giro-linguístico” defende uma relação textualista na qual esse princípio objetivista perde espaço para uma historiografia que investe na sua condição textual, acumulando enunciados e interpretações que respeitariam o princípio ético da multiplicação do debate com a expansão de agentes e visões envolvidos nesse processo. Em outras palavras, e pensando em termos pragmáticos, a historiografia libera-se da obrigação de revelar o “passado em si” para liberar sentidos e orientações possíveis para o nosso presente. Seria então durante o processo investigativo, e não no resultado final deste, que estaria o grande cerne desse novo elo estabelecido com o passado, no qual ele seria importante para jogar o nosso jogo cultural.<sup>4</sup> Não de uma maneira arbitrária, mas com um necessário redimensionamento da relação com a ideia de “verdade histórica”, frente os desafios lançados pelo “giro-linguístico”.

Ankersmit é enfático, porém, ao destacar que, mesmo no interior da impossibilidade de um conhecimento objetivo do passado, o trajeto feito pelo historiador neste sentido já é suficiente para lançar um conjunto de orientações importantes para o presente. Acredito que com esta pesquisa não tenha sido diferente e foi esse o objetivo traçado desde o início. O objeto de estudo escolhido foi a *Revista Brasileira*, que se constituiu na segunda metade do século XIX (1857-1861, 1879-1881 e 1895-1899), em um dos principais espaços de circulação de textos tanto nacionais quanto internacionais sobre literatura e crítica literária, economia, história, ciências naturais, artes, entre outros temas. Em dois anos de Iniciação

---

<sup>2</sup>Por “pós-modernista” aqui podemos tomar como aquele crítico ao projeto moderno da historiografia científica, além também de ser conhecedor, mas não necessariamente defensor visto a pluralidade da dita historiografia pós-moderna, dos questionamentos elaborados pelo “giro linguístico”.

<sup>3</sup>Ankersmit, *Historiografia e pós-modernismo*, pág. 124.

<sup>4</sup>Ankersmit, *Historiografia e pós-modernismo*, pág. 131.

Científica foi possível fazer sondagens sobre as duas primeiras fases supracitadas do periódico, colocando um problema preciso: de que maneira os intelectuais que publicaram na *Revista* enfrentaram o desafio da mediação cultural/intelectual com outras nações e seus representantes, e qual o impacto das apropriações e intercâmbios intelectuais para suas próprias produções.

Se a justificativa para o fazer historiográfico mudou (hoje os curiosos quadros de eventos ocorridos no ICHS há 25/30 anos pregados aqui nas paredes da sala de estudos – em que dedicavam toda uma semana de eventos para estudar a “cultura russa pré-revolucionária” para, quem sabe, encontrar as condições de possibilidade que levaram aquele país à revolução socialista, e então tomá-las como uma orientação para a ação no presente – revelam que a historiografia atual talvez tenha se liberado do fardo dessa teleologia) e passa-se agora a investir na sua condição textualista, o elemento que recebe então especial atenção do historiador é a linguagem. Agora não mais como algo opaco e transparente para a transmissão de um conteúdo, mas ela própria reveladora de importantes transformações históricas.

Parece ter sido esta a questão que guiou Reinhart Koselleck, outra importante referência intelectual para o encaminhamento desta pesquisa. Suas investigações sobre um conjunto específico de conceitos revelou que no período pelo autor chamado de *Sattelzeit* (1750-1850) houve uma série de transformações semânticas que apontam para uma reconfiguração da experiência do tempo, agora tida como moderna. Mesmo que essa pesquisa não se atenha a conceitos específicos, a forma moderna de experimentar e organizar o tempo descrita por Koselleck traz algumas orientações determinantes para o que aqui será dito. O autor destaca, em especial, o conceito de “história”, antes mobilizado através de um conjunto de ensinamentos e modos de atuação do topos *Magistra Vitae*, e que no período moderno é envolvido nas tramas das filosofias da história, que têm em princípios específicos e no devir o fiador da sua narrativa. Com o distanciamento de duas categorias meta-históricas, experiência e expectativa, a lacuna aberta por um presente efêmero e por um passado cada vez menos usado como argumento de autoridade em si mesmo, foi o futuro a ser colocado como coordenador das ações, local para onde se dirigiriam as chamadas “forças históricas”.

Um dos principais indicadores dessa nova relação com a história é sua *temporalização*, de modo que fruto de um processo unitário e evolutivo, ela se organizava em uma filosofia passível de ser conhecida através da aplicação de princípios racionais. Duas passagens analisadas por Koselleck oferecem uma singular visão daquele contexto. Diz

Novalis: “Los que progresan, las evoluciones se hacen mayores cada vez, son la materia de la historia”. Complementa Schelling: “Lo que no es progressivo, no es objeto de la historia.”<sup>5</sup> A visão de que o futuro é necessariamente diferente do passado, de que é possível inovar pela ação humana, de que é possível ser superior aos seus antepassados tinha na *aceleração* um fenômeno decorrente dessa busca pelo novo e de uma tradição cada vez menos capaz de ensinar.<sup>6</sup> A separação das instâncias passado e futuro não pode ser vista, contudo, de forma mecânica. Segundo Koselleck, ambas se reuniam no conceito, organizador por excelência, do “tempo histórico” moderno, isto é, o conceito de história pensado como “evolução” e “desenvolvimento”. Uma história que caminha sob um trilho, que tem um sentido pré-fixado e que deve ser perseguido enquanto objetivo último. Uma história linear e que daria sentido ao projeto *civilizacional*, mas que também guardaria espaço para várias histórias individuais, caracterizando assim o *singular/coletivo* do tempo histórico moderno. A maturidade das reflexões de Koselleck vieram, contudo, desde *Crítica e Crise* na qual o autor reúne evidências particularmente sugestivas ao desenvolvimento dessa monografia.

O surgimento da esfera pública no período moderno e a reprodução da vida para além dos limites do setor privado, engendram as possibilidades de um instrumento como a imprensa ocupar-se de um setor que diz respeito ao interesse comum: a opinião pública. Reinhart Koselleck, em *Crítica e Crise*<sup>7</sup>, demonstra que a compreensão do espaço público, no início do período moderno, se objetiva na figura do Estado absolutista, mais precisamente na figura do monarca, uma vez que, separadas política e moral pelos teóricos da construção desse Estado, as divergências religiosas não caberiam ao público, mas à consciência livre de cada homem. O indivíduo se repartia entre o respeito à figura do monarca que representava o poder público e sua consciência interna que era livre. Para Koselleck, essa separação entre homem e súdito deixa de ser compreensível no Iluminismo, passando o homem a reivindicar uma certa liberdade também no âmbito público.

Por dentro dessa nova lógica assumida, na qual o princípio da publicidade tinha a opinião pública como depositária fiel dos interesses dessa esfera, Jürgen Habermas, na sua obra *Mudança estrutural da Esfera Pública*<sup>8</sup>, identifica um movimento no qual este

---

<sup>5</sup>KOSELLECK, Reinhart. **historia/Historia**. 2º ed. Madrid: Editorial Trotta, 2010, p.74.

<sup>6</sup>ROSSI, Paolo. **Naufrágios sem espectador**: a idéia de progresso. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

<sup>7</sup>KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise**. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.

<sup>8</sup>HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

“*publicum* se transforma em público, o *subjectum* em sujeito, o destinatário da autoridade em seu contraente”<sup>9</sup>.

Nessa reestruturação da esfera pública, sobre a sua instituição por excelência, a imprensa, recai a tarefa de difundir os interesses do âmbito público: *ilustrar* e transmitir à sociedade muitas vezes um conhecimento útil e até mesmo pedagógico. O período específico que discutimos neste artigo decorre de uma ressonância da dinâmica de formação da “opinião pública”<sup>10</sup>, que progressivamente vinha sendo alterada desde o século XVIII e que em meados do século XIX já se encontrava mais ou menos bem difundida nos discursos e práticas dos agentes políticos e intelectuais brasileiros.

No século XIX, o fenômeno de experimentar cada presente como uma modificação do seu passado e modificado potencialmente pelo seu futuro, revela uma concepção de tempo na qual o presente se torna cada vez mais fugidio e o futuro, além de necessariamente diferente do momento anterior, é também *escolhido*<sup>11</sup>. *Escolher* um futuro passa pela elaboração de projetos e é nesse sentido que o empreendimento Saquarema de centralização política e administrativa deve também ser avistado, para além da já conhecida associações políticas e militares<sup>12</sup>. O estudo de um periódico impresso como a *Revista Brasileira* vem justamente contribuir para a complexificação das relações estabelecidas entre projetos de “modernização” e os meios empregados para sua difusão.

O papel desempenhado pelos intelectuais, que assumiram posição central nas mediações e representações culturais que nessa monografia pretendemos destacar, deve ser lido, porém, como vinculado a uma narrativa específica. O pesquisador francês Christophe Charle defende, por exemplo, que a figura do “intelectual” só pode ser entendida na diacronia das representações anteriores de personagens dominantes da cultura. Assim, a conquista de legitimidade do campo intelectual ocorreu de maneira gradual, passando pelo elitismo de certas figuras correspondentes a um campo intelectual fechado em si, até uma transformação do campo nas décadas finais do século XIX com a expansão das profissões intelectuais, um

---

<sup>9</sup>HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**, pág. 40

<sup>10</sup>Ver também, MOREL, Marco; BARROS, Mariana M. de. **Palavra, imagem e poder**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003 e MOREL, Marco. Palavras Além das Letras. **Acervo: revista do Arquivo Nacional** – v.23 n.1 (jan./jun. 2010).

<sup>11</sup>GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos Sentidos**. São Paulo: Editora 34, 1998, pág.15.

<sup>12</sup>MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 1990.

crescimento do público e dos espaços de trabalho com a imprensa, além de uma contestação das hierarquias culturais mais antigas.<sup>13</sup>

No Brasil, sua tradição intelectual ganhou forma, talvez mais acentuadamente que em outros países, tendo que lidar com o problema da mediação cultural. Pensar a experiência do tempo de intelectuais brasileiros no século XIX, certamente um dos discursos mais recorrentes nas fontes é o do atraso perante as nações do Velho Mundo e a América do Norte, o discurso da perda desse “trem da história”, representando pela ciência, pelas indústrias, por instituições políticas amadurecidas e por um conjunto de condições que garantiam a essas nações um estatuto privilegiado. Na procura de soluções para esse dilema de um descompasso entre as nações do norte, que sempre estariam um passo a frente, e aquilo que era produzido em solo brasileiro, os intelectuais brasileiros adotaram estratégias que serão aqui investigadas.

As recepções, traduções e outras variadas formas de apropriações intelectuais foram utilizadas em larga escala pelos autores brasileiros, de modo a buscar uma *atualização* com um ritmo de produção e de mudanças cada vez mais acelerado. Era necessário criar novas formas de produção intelectual que dessem conta de tais transformações e conseguissem acompanhar as demandas de um tempo rápido em que a incorporação de uma experiência transnacional apareceu como caminho para *cadenciar* o tempo. A monografia aqui apresentada coloca-se então como um breve convite ao pensar sobre a história intelectual brasileira oitocentista, com particular atenção ao problema da mediação.

Os dois capítulos que a compõem tratam do mesmo problema, porém com destaques diferentes. O capítulo inicial, como um dos primeiros trabalhos desde que a pesquisa se iniciou, serviu também como laboratório para teste das primeiras hipóteses, onde o foco recaiu sobre os principais temas da primeira fase da *Revista Brasileira*: economia política, literatura e crítica literária, além das ciências naturais. A procura pelo estabelecimento de campos de investigação e produção nesses temas em solo brasileiro, evidenciou um local rico de representações da alteridade e projetos de modernização para o Brasil.

No segundo capítulo, como fruto talvez do próprio amadurecimento do graduando e também da pesquisa, foi proposta uma lente de análise para o problema das representações na segunda fase da *Revista*. Através de uma possível leitura, mesmo que provisória, da teoria do desejo mimético do filósofo francês René Girard, as disputas travadas entre a intelectualidade

---

<sup>13</sup>CHARLE, Christophe. *Naissance dès “intellectuels”* (1880-1900). Paris: Éditions de Minuit, 1990.

brasileira e aquela portuguesa naquele contexto, foram avistadas como caso paradigmático das implicações do fenômeno da mediação para os intelectuais brasileiros. Se a cultura intelectual brasileira no século XIX se formou tendo que lidar com o problema da mediação, de como inserir a recente nação na corrida civilizacional que as nações do Norte narravam, seria ela então um lugar privilegiado para a observação do caráter mimético do desejo e também das suas consequências?

## CAPÍTULO 1

### *Revista Brasileira (1857-1861): apropriações do “outro” como termômetro da ilustração*<sup>14</sup>

\*

Em 1857, a *Revista Brasileira* publica um relatório denominado “Exposição Universal de Paris” de autoria do poeta Antonio Gonçalves Dias, o qual versa, em especial, sobre os desenvolvimentos da ciência tipográfica europeia. Gonçalves Dias inicia com uma importante metáfora recorrente nos textos do “romantismo brasileiro”: trata-se do *termômetro* de uma nação.<sup>15</sup> Destacamos que àquela altura o autor já tinha publicado praticamente toda a sua obra, residindo na Europa entre 1854-1858 onde ocupava um cargo na Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império brasileiro.<sup>16</sup>

Nas palavras de Dias não só a literatura como indicador do grau de civilização de um povo, mas também a imprensa, “enriquece e ilustra ao mesmo tempo a nação onde ela se desenvolve, e é, por assim dizer, o termômetro da ilustração de qualquer povo”.<sup>17</sup> Tal *termômetro* é capaz então de demarcar qual lugar ocupa a nação brasileira na corrida das civilizações. Fortalece Gonçalves Dias seu argumento para assim poder reivindicar uma atuação do governo Imperial no auxílio do ímpeto tipográfico no Brasil, pois a imprensa, “como muitas das outras indústrias, que mais ou menos intimamente se ligam às Belas-Artes, parece não poder chegar ao pleno desenvolvimento que cada país comporta se não com auxílio e forte proteção do governo”.<sup>18</sup>

O poeta também destaca a atuação do periódico inglês *Times*, pois esse tem correspondentes em todo o mundo, “aos quais chega a pagar por ano duas mil libras ou dezoito contos de réis da nossa moeda; nem recua ante as despesas enormes de sustentar uma linha de paquetes a vapor para receber mais de pronto do que o governo notícias que possam

---

<sup>14</sup>Agradeço a Mateus Pereira pelo trabalho conjunto realizado neste capítulo que encontra-se em fase de análise para publicação na *Revista Anos 90*.

<sup>15</sup>Para tanto ver a obra que é apontada por muitos como a fundadora da escrita da história da literatura brasileira : MAGALHÃES, Gonçalves. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. **Revista Nitheroy**, 1836.

<sup>16</sup>Informação retirada do perfil do autor no site da Academia Brasileira de Letras: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=866&sid=183>

<sup>17</sup>DIAS, Antonio Gonçalves. Exposição Universal de Paris. **Revista Brasileira**: Jornal de Ciências, Letras e Artes. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, Tomo I, 1857, p.360.

<sup>18</sup>DIAS, Antonio Gonçalves. Exposição Universal de Paris, pág. 360.

interessar à Inglaterra”.<sup>19</sup> Algo semelhante se pode observar nos elogios tecidos por Gonçalves Dias aos livreiros impressores franceses da família Didot, mas destaca que a América do Sul foi a única que “absolutamente se esqueceu de si própria; mas quando se notou esse esquecimento, fizeram-nos a mercê de não tocarmos no nome do Brasil”. Logo em uma exposição que concentrava os principais registros do progresso técnico e científico do ocidente ao oriente, a América do Sul, e particularmente o Brasil, permaneciam sem menções.<sup>20</sup>

Ao fim, Dias cita um relatório acerca da imprensa na *Exposição Universal de Londres* de 1850 no qual afirma genericamente ser de Didot, sem especificar a qual dos irmãos da tradicional família de tipógrafos se refere. Afirma que a “América Meridional” não enviou nada, pois quase todos os livros espanhóis eram impressos em Paris. O poeta brasileiro se pergunta: “Ora, M. Didot estará persuadido que na América Meridional não há países senão de língua espanhola, apesar de que um dos membros da sua família teve, e não sei se ainda tem, uma loja de livros no Rio de Janeiro?”.<sup>21</sup> Nesse trecho, e em outros do relatório, percebemos que para Gonçalves Dias o completo desconhecimento dos europeus para com o Brasil é um dos mais sintomáticos incômodos para ele e boa parte dos intelectuais brasileiros que tanto se espelhavam no progresso científico desse continente.

No presente artigo, tomando a primeira fase da *Revista Brasileira: jornal de ciências letras e artes* (1857-1861), pretendemos refletir sobre como o periódico contribuía e ampliava os intercâmbios intelectuais estabelecidos pelos escritores e pesquisadores brasileiros, evidenciando seu caráter múltiplo e a importância do “outro” para a constituição do próprio “eu” nacional. As figurações do “outro” estabelecidas pelos escritores que passaram pela *Revista* podem ser interpretadas como um privilégio de uma cultura intelectual que nasceu e se formou enfrentando a problemática da mediação cultural, sem negá-la ou insistir na obsessão romântica da “originalidade” em oposição à alteridade.

O artigo está então partido em cinco pequenas seções com três temas fundamentais que foram privilegiados pela *Revista*: o liberalismo econômico, a literatura e as ciências. Uma primeira seção mapeia o contexto de revistas no Império, particularmente na capital, enquanto contemporaneamente a *Revista Brasileira* era publicada em sua primeira fase, destacando o grau de internacionalidade e de intercâmbios por elas tecido. Em seguida, entra em cena a

---

<sup>19</sup>DIAS, Antonio Gonçalves. *Exposição Universal de Paris*, pág. 334.

<sup>20</sup>DIAS, Antonio Gonçalves. *Exposição Universal de Paris*, pág. 334.

<sup>21</sup>DIAS, Antonio Gonçalves. *Exposição Universal de Paris*, pág. 334.



linguagem do liberalismo econômico adotado pelos colaboradores do periódico e a particular apropriação desse modelo econômico ao caso brasileiro. A literatura e a crítica literária, na terceira seção, foram responsáveis por, ao mesmo tempo que buscavam definir a particularidade brasileira, reconhecer a alteridade existente no próprio indígena (elevado à grande fiador da narrativa romântica) e também na importância do olhar externo, principalmente francês, na definição do caráter nacional. Por fim, a quarta seção explora como a constituição de um campo de pesquisa científica no Brasil não privou-se da mirada alheia, fazendo dela própria o principal argumento para o país acelerar seus investimentos nesse campo.

\*

### 1 – As revistas e a *Revista Brasileira* (1857-1861)

Durante as décadas de 50 e 60 do século XIX alguns outros periódicos, principalmente do gênero revista, se firmaram no cenário da imprensa nacional. Ana Luiza Martins assume a tarefa de propor uma distinção, ainda que delicada, entre a Revista e o Jornal. Ela sinaliza algumas especificidades, como o fato da revista possuir uma capa e um programa de atuação, exemplificado pelo “Prospecto” escrito por Candido Baptista de Oliveira para a *Revista Brasileira*. A definição dos objetivos de produção das revistas varia com as circunstâncias históricas e culturais cabendo aos estudos de caso evidenciá-los<sup>22</sup>. Também Kátia A. F. de Camargo, em estudo sobre a conhecida revista francesa *Revue des Deux Mondes*, afirma que a singularidade do gênero revista só pode ser observada em comparação com o jornal e o livro, principalmente no que diz respeito à variável tempo:

“O jornal, cotidiano, factual, restringe-se às informações obtidas ao longo de mais ou menos 24 horas; a revista, por seu turno, meio de sociabilidade por excelência é, *a priori*, um espaço de confrontação de autores, de homens, de um pensador com seu tempo. O artigo de revista procura apreender a atualidade para fazer dela seu objeto de reflexão e também de ação. De outro lado está o livro, expressão da personalidade de seu autor e que relata, em geral, uma trajetória ímpar, singular.”<sup>23</sup>.

As revistas no Brasil durante o século XIX receberam especial atenção de Carlos Roberto da Costa que localizou uma série de periódicos fundados e circulantes na capital do Império entre os anos de 1857 e 1861 (período de edição da *Revista Brasileira*): 1857, A

---

<sup>22</sup>MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista**: Imprensa e práticas culturais em tempos de república, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp, 2008, pág.58.

<sup>23</sup>CAMARGO, Katia A. F. de. A Revista como Fonte de Pesquisa. Rio Claro, **Revista Educação**: Teoria e Prática - v. 13, n.24, jan.-jun.-2005; n. 25, jul.-dez.-2005, p.80)

*Marmota e O Brazil Artístico: revista da sociedade propagadora das Bellas Artes do Rio de Janeiro*; 1858 *O Universo Ilustrado: Pittoresco e monumental*; 1859 *O Charivari Nacional e O Espelho: Revista Semanal de Litteratura, modas, indústria e artes*; 1860, *A Semana Ilustrada*<sup>24</sup>.

A natureza de seus programas revela a pluralidade de objetivos e discursos que esses periódicos possuíam. É de se registrar o argumento de Sergio Buarque de Holanda que aponta os primeiros traços de crise da imagem do monarca e do Império na década de 50 quando alguns periódicos demonstravam sua insatisfação com o governo.

“A idéia generalizada de que se assistia a uma sensível degradação dos costumes e, em primeiro lugar, da moral política do Brasil, corresponde à avidez com que são lidos os pasquins antigovernamentais que, já antes de 1860, vão aparecendo em rápida sequência, e é, na Corte, o caso do Charivari Nacional e também do Charivari que ambos se esforçam por seguir o mesmo modelo parisiense. Em 1860 o liberal Landulfo Medrado faz imprimir na Bahia virulento panfleto, onde não é poupada a pessoa do Imperador.”<sup>25</sup>.

Ainda nesse período, dois empreendimentos da família francesa *Garnier*, a *Revista Popular* (1859-1862) e o *Jornal das Famílias* (1863-1878), além do luso-brasileiro *O Futuro* (1862-1863), elucidam alguns aspectos contextuais da ação periodística. Da *Revista Popular*, que era quinzenal, estão registrados 16 volumes e sua capa aponta para a amplitude de temas que tratava: “Revista Popular – Noticiosa, Scientifica, Industrial, Historica, Litteraria, Artistica, Biographica, Anecdótica, Musical etc,etc. – Jornal Ilustrado”. Em meio a tantas discussões deixou-se um espaço importante para a literatura, principalmente para a publicação de romances estrangeiros, em sua grande maioria franceses, que se sobrepunham aos nacionais. Ainda assim, foi na *Revista Popular*, bem como na *Revista Brasileira*, que Joaquim Norberto de Sousa e Silva publicou fragmentos da sua incompleta História da Literatura Brasileira<sup>26</sup>.

O *Jornal das Famílias* veio como projeto da *Garnier* justamente em substituição da *Revista Popular*, tendo em vista o aumento do público leitor feminino: “de um periódico eclético, destinado a todos, o editor passa a investir em um jornal com seções de contos,

---

<sup>24</sup>COSTA, Carlos Roberto. **A Revista no Brasil, o século XIX**. São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, pág.128-129.

<sup>25</sup>HOLANDA, Sergio Buarque. **Capítulos de história do Império**. Org.: Fernando Novais – São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pág.72.

<sup>26</sup>MIRANDA, Kátia Rodrigues Mello; AZEVEDO, Sílvia Maria. *Revista Popular (1859-1862) e Jornal das Famílias: (1863-1878): um perfil dos periódicos de Garnier*. **TriceVersa**, Assis, v.3, n.2, nov.2009-jun.2010.

poesias, culinária, higiene e moda, visando o interesse do público feminino.”<sup>27</sup> Um dos principais recursos mobilizados pelo periódico foi o grande uso de ilustrações. Estratégia que na *Revista Brasileira*, exceto em algumas explicações científicas, praticamente não se registrou.

*O Futuro* estabeleceu-se como uma importante plataforma de contato entre as literaturas brasileira e portuguesa do período. De forma que Machado de Assis e Camilo Castelo Branco foram os dois grandes colaboradores do periódico, o qual registrou a predominância de poesias, algo que também se viu na *Revista Brasileira* nas seções dedicadas à literatura, ainda que essas tenham dado grande importância também às resenhas dos críticos que nela publicavam. Com apresentação formal mais simplificada em comparação aos modelos franceses de revistas, *O Futuro* não atingiu um bom número de leitores e foi encerrado cerca de um ano depois da sua fundação.<sup>28</sup>

No âmbito internacional, o periódico de presença mais acentuada no Brasil foi a francesa *Revue des Deux Mondes*. Partindo de sua fundação em 1829 e atravessando o século XIX, a revista sempre fincou suas estratégias de intervenção na tentativa de aproximação da França com o estrangeiro, criando um espaço rico de representações do “outro”. Se a *Revista Brasileira*, conforme destacaremos adiante, se apropria de um significativo número de periódicos franceses e ingleses, tal arte já era explorada pela *Revue des Deux Mondes* no empréstimo de importantes publicações alemãs e inglesas. O formato, as informações contidas na capa e o conteúdo distribuído ao longo das edições, também reafirmam graus de semelhança entre essas duas revistas.

Segundo Kátia A. F. de Camargo, “inicialmente, a *Table des matières* da *Revue des Deux Mondes* dividia-se em quatro seções – Viagens, História-Filosofia, Literatura e Ciências e Variedades –, cada uma composta de curtos artigos assinados.” Temas esses, sem exceções, presentes na *Revista Brasileira*, que se ampliaram, segundo a autora, a partir de 1832 com o incremento de seções como a *Chronique de la quinzaine*, a Revista Literária do mês, a Revista Musical, artigos sobre Espanha, França, Inglaterra, países nórdicos e questões de ordem

---

<sup>27</sup>MIRANDA, Kátia Rodrigues Mello; AZEVEDO, Sílvia Maria. Revista Popular (1859-1862) e Jornal das Famílias: (1863-1878): um perfil dos periódicos de Garnier. **TriceVersa**, Assis, v.3, n.2, nov.2009-jun.2010, pág.160.

<sup>28</sup>MIRANDA, Kátia Rodrigues Mello. O Futuro (1862-1863), Jornal das Famílias (1863-1878) e a Estação (1879-1904): Três periódicos em que colaborou Machado de Assis. **UNESP – FCLAs – CEDAP**, v.3, n.2, 2007.

política e social<sup>29</sup>. Com dois artigos da revista francesa publicados na *Revista Brasileira*<sup>30</sup>, esses dois periódicos aparecem como fonte fértil da promoção de vínculos culturais entre o mundo europeu e o americano.<sup>31</sup> Registradas essas múltiplas facetas e projetos editoriais colocados pelo contexto do periodismo, cabe observar as contribuições da *Revista Brasileira* e seus projetos que tiveram, talvez, um grupo de colaboradores peculiar em busca de caminhos para a Nação a partir do desenvolvimento de temas como a ciência, a economia e a literatura.

Ao longo de quatro anos da sua primeira fase, do primeiro semestre de 1857 ao segundo semestre de 1861, quatro volumes foram impressos pela *Typografia Universal de Laemmert*, com uma média de 400 páginas por volume contendo, cada um, entre 14 e 34 artigos. É de se destacar que, mesmo com sua reunião no volume anual, a *Revista Brasileira* era trimensal, embora ela não deixasse explícito na documentação a ordem de suas publicações no decorrer do ano. Durante a direção de Baptista de Oliveira, a *Revista Brasileira* manteve uma mesma capa com informações elementares como nome, editor, tomo, tipografia e endereço, seguidas do ano da edição, conforme podemos observar na imagem:

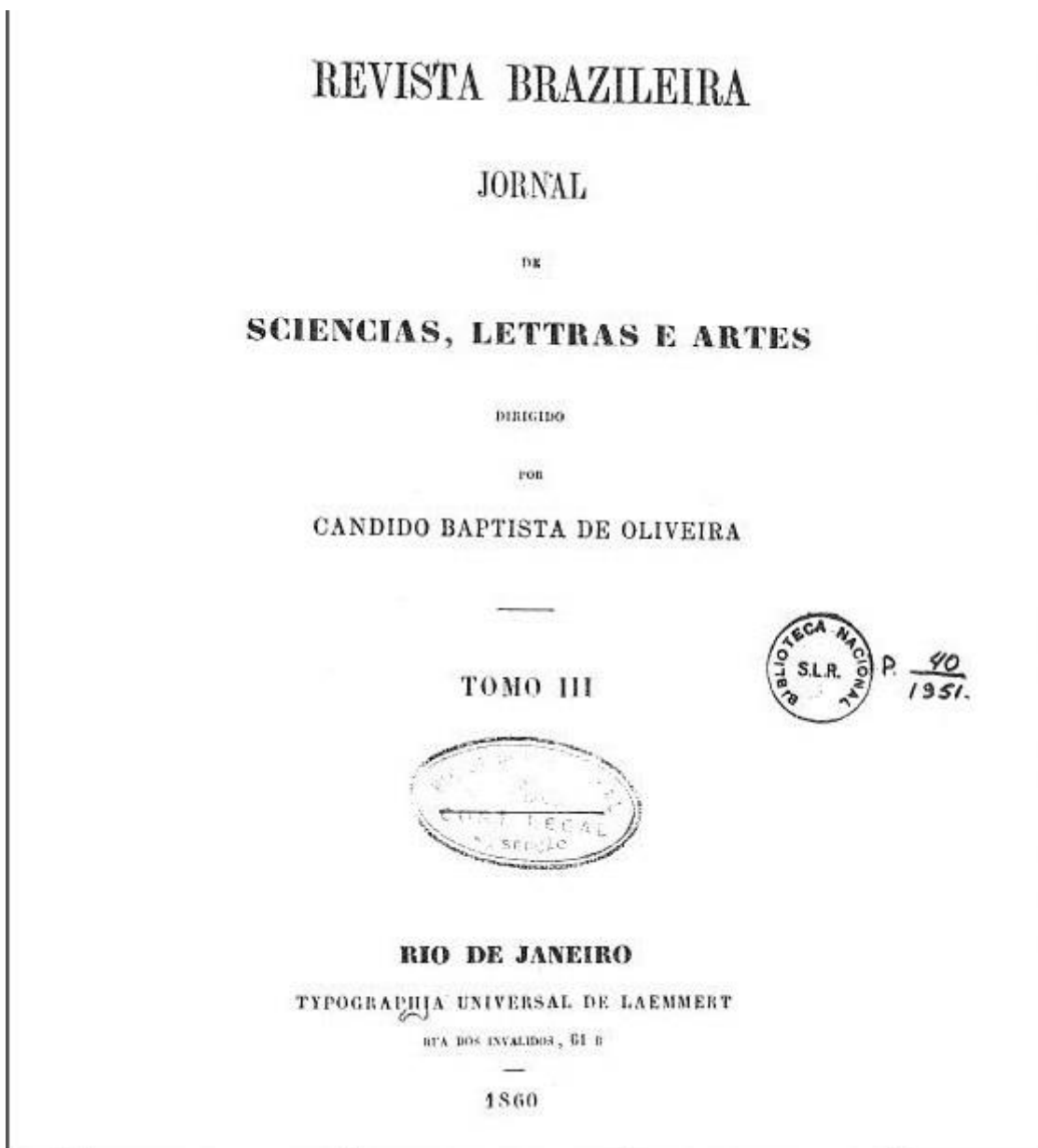
Figura 1

---

<sup>29</sup>CAMARGO, Katia A. F. de. A Revista como Fonte de Pesquisa. Rio Claro, **Revista Educação: Teoria e Prática** - v. 13, n.24, jan.-jun.-2005; n. 25, jul.-dez.-2005, pág.87.

<sup>30</sup>O primeiro, publicado na edição de 1860, vem sob a assinatura de Alfredo Maury e se intitula “Fisiologia: o sonambulismo natural e o hipnotismo”. O segundo não possui identificação de autoria e nem de tradução se intitulando “Marinha de Guerra: Do equilíbrio e do estado das forças navais em França e Inglaterra”.

<sup>31</sup>Para além do estudo de Katia de Camargo, as pesquisadoras da USP, Maria Lígia Prado e Gabriella Pellegrino Soares também registraram um estudo sobre o lugar da *Revue* na produção e circulação de ideias entre a França e a América Latina do século XIX. Ver BEIRED, José Luis Bendicho; PRADO, Maria Lígia; CAPELATO, Maria Helena (Orgs.). **Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas**. Assis : FCL-Assis-UNESP Publicações ; São Paulo: Laboratório de Estudos de História das Américas – FFLCH – USP, 2010.



Figuras 1 a 3. A *Revista Brasileira* e algumas de suas principais seções (*Revista Brasileira*, Tomo III, Págs. 1, 225, 353)

Como afirma o próprio editor Candido Baptista de Oliveira no *Prospecto*, uma espécie de editorial dessa primeira fase, a *Revista Brasileira: jornal de ciências, letras e artes* se colocava como uma continuidade da *Revista Guanabara*, dirigida por Gonçalves Dias, Manuel de Araújo Porto-Alegre e Joaquim Manuel de Macedo<sup>32</sup>, firmando-se então em uma importante tradição de periódicos de reflexão intelectual que talvez tenha se iniciado com a

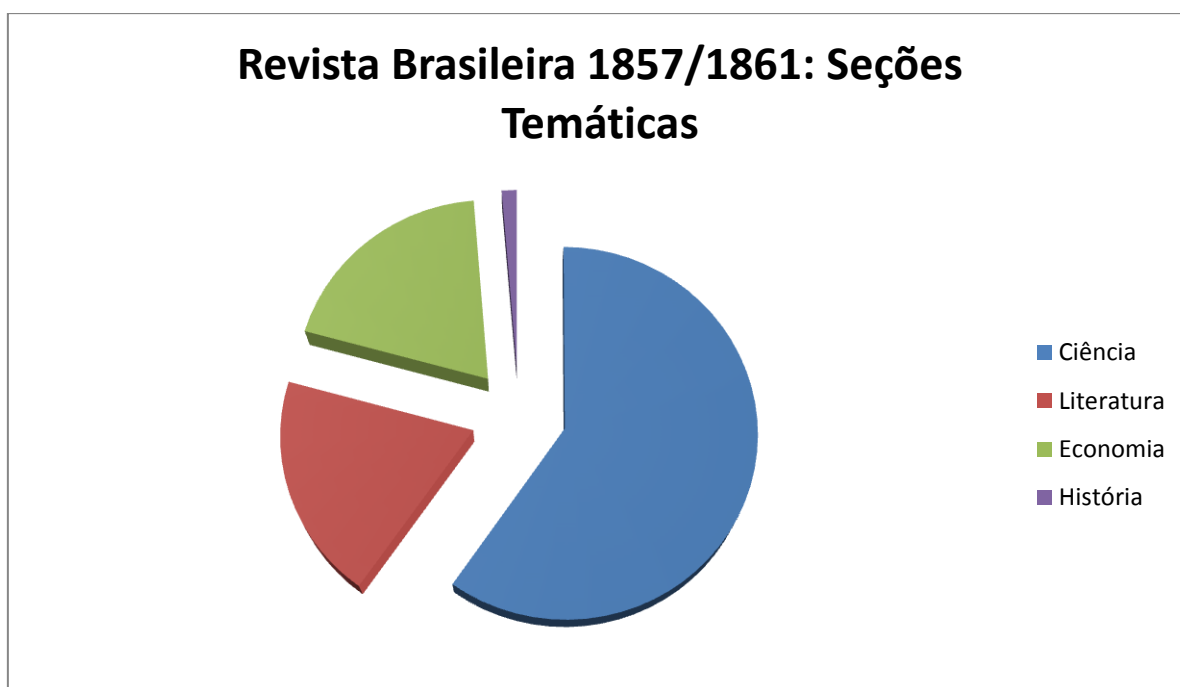
<sup>32</sup>OLIVEIRA, Candido Baptista de. *Prospecto*. **Revista Brasileira**: jornal de sciencias, letras e artes. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, Tomo I, 1857, pág. I.

publicação da *Revista Niterói* em Paris no ano de 1836, como uma das principais plataformas de reflexão no Império brasileiro nas primeiras décadas após a independência.

Na nota de apresentação do periódico, Candido Baptista de Oliveira esboça aquilo que irá delinear a proposta editorial nesta primeira fase. Segundo o editor,

“A Revista Brasileira compreenderá, em matéria de ciências, letras e artes, tanto os trabalhos de lavra própria, **como a transcrição de artigos tirados das publicações nacionais e estrangeiras da mesma índole**, cuja leitura possa **interessar ao público**. Ciências meramente especulativas, publicações literárias e qualquer conhecimento de utilidade prática, estudo comparativo de importantes fatos históricos de ordem nacional ou estrangeira, matérias econômicas industriais e financeiras, com particular aplicação ao Brasil. (...) promovendo desveladamente a ilustração nacional”.<sup>33</sup>

A disposição do conteúdo revela uma sensível predominância de temas científicos conforme apresenta o gráfico abaixo referente aos temas apresentados aos leitores pelo periódico.



**GRÁFICO 1.** Em porcentagem das principais seções temáticas que tiveram espaço nas páginas da *Revista Brasileira* entre 1857-1861: Ciências Naturais 46% / Literatura/Crítica Literária 15% / Economia Política 15% / História 1%.

Exceto a categoria Ciência, que reunimos dentro desse termo visando facilitar a apreensão da enorme quantidade de textos, que vão desde Botânica à Ornitologia, passando

<sup>33</sup>OLIVEIRA, Candido Baptista de. Prospecto, pág .I. Grifo nosso.

por Astronomia, todas as outras categorias são utilizadas pelo próprio periódico como se pode observar em algumas imagens abaixo.

Figura 2

---

## ECONOMIA POLITICA

---

### Da instrução considerada do ponto de vista economico.

O homem é uma força productiva , e até a mais productiva de todas as forças , porque della é que dimanam e dependem todas as outras.

Antes porém de ser educada , pouco vale essa força , porque no estado primitivo o espirito humano é como a mesma terra , uma machina muito imperfeita.

A sciencia é a sua arma offensiva e defensiva contra a na-

---

Figura 3

---

## HISTORIA

---

### A estatua da ilha do Corvo.

E quer na nuvem propria que te indico  
Que esse cadaver meu vá transportado  
E na ilha do Corvo do alto pico  
O vejam n'uma ponta collocado ;  
Onde acene ao paiz do metal rico ,  
Que o ambicioso europêu vendo indicado  
Dará logar que ouvida nella seja  
A doutrina do Céu e a voz da Igreja.

(CARAMURU' — *Canto I, Est. 63.*)

O martello demolidor da critica historica tem destruido em nossos dias os vetustos monumentos do erro e da superstição : os factos , que melhor averiguados pareciam , os axiomas petrificados pelos seculos têm sido submettidos á analyse, a cuja luz electrica hão poucos resistido.

---

# LITTERATURA

---

## A CONFEDERAÇÃO DOS TAMOYOS

PELO SR. DR. DOMINGOS JOSÉ GONÇALVES DE MAGALHÃES.

### I

Depois do que tantos e tão bons engenhos tem escripto sobre a inconveniencia das epopéas nos séculos em que as luzes parecem haver enfraquecido o vigor das crencas, e com elle a exaltação dos sentimentos, e a variedade e a força dos caracteres, será permittido ao homem inspirado, a que o mundo costuma chamar poeta, lançar ao regaço da

Figura 4 (*Revista Brasileira*, Tomo I, Pág. 59)

Através de suas páginas, manifestaram-se nomes expressivos do pensamento científico no Brasil Império, caracterizando, desse modo, uma orientação coletiva do grupo que dirige seu projeto editorial. Cabe destacar, mesmo que rapidamente, que Candido Baptista de Oliveira (1801-1865) estudou matemática e filosofia em Lisboa e Paris (1820-1827), foi professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e exerceu diversos cargos políticos. Durante o período de edição da *Revista Brasileira* foi senador (durante todo o período), diretor do Jardim Botânico (1851-1859), presidente do Banco do Brasil<sup>34</sup>, além de ser conselheiro do Estado (1859-1865). Foi defensor da introdução do sistema métrico decimal no Brasil e publicou trabalhos em revistas estrangeiras sobre o pêndulo de Foucault, além de reflexões de divulgação científica<sup>35</sup>.

\*

## 2 – Leituras do liberalismo como *termômetro* do desenvolvimento econômico

De início, chama a atenção o grande espaço concedido pela *Revista Brasileira* à *Economia Política*, em comparação com a maioria das outras revistas do período. Fundamentalmente, é visível a presença de uma linguagem liberal em duas vertentes: as

---

<sup>34</sup>A edição 1860 publicou um interessante Balanço do Banco do Brasil, referente ao mês de dezembro de 1859. (p. 168-169).

<sup>35</sup>MOREIRA, Ildeu de Castro; MASSARANI, Luiza. Cândido Batista de Oliveira e seu papel na implantação do sistema métrico decimal no Brasil. *Rev. Soc. Bras. Hist. Ciência* 18, 3-16, (1997).



apropriações do periódico francês *Journal des Economistes*, que teve seis artigos<sup>36</sup> reproduzidos na *Revista Brasileira* ao longo dessa primeira fase, e o relatório de um dos comissários brasileiros publicado na edição de 1859, no qual Giacomo Raja-Gabaglia<sup>37</sup>, relata sua presença no espaço industrial da Exposição Universal de 1855 realizada em Paris.

O autor discorre, nesse relatório, sobre o que pensava serem as causas do malogro da indústria nacional em virtude do que ele pôde observar na sua estadia em Paris. Ele se pergunta: “Em que ponto da estrada percorrida pelos povos industriais acha-se o Brasil?”<sup>38</sup>, identificando, com isso, a ausência de pessoas que trabalhassem em favor da nacionalidade e garantissem a prosperidade da indústria:

“À vista de distâncias tão incomensuráveis, qualquer observador procura indagar, porque em um País como o nosso que se desenvolveu tão rapidamente em certos pontos, no que me ocupa, reconhecido o vital e mais útil para todos os países, se tem conservado pouco mais de estacionário?”<sup>39</sup>.

Para Gabaglia, a primeira origem do déficit industrial do Brasil seria “motivado pelo povo que nos colonizou e que ainda hoje nos fornece, talvez em maior número, os obreiros ou artistas. É evidente que a indústria portuguesa não pode emprestar mais do que aquilo que possui em seu País”<sup>40</sup>. A segunda estaria na qualidade da mão-de-obra escrava: “Dentre os escravos se escolhe outra porção muito sensível de nossos obreiros. O antagonismo das condições exigidas do artista e as inerentes ao escravo, tornam impossível o perfeito desenvolvimento de qualquer indústria que dependa de elemento tão heterogêneo”<sup>41</sup>. A força de trabalho escravo se mostrava incompatível com uma sociedade que tinha a pretensão de adentrar no plano das nações civilizadas, caracterizadas pela economia liberal e pela mão-de-obra assalariada. Em terceiro lugar, pecava o país por se ausentar de um plano educacional para sua população: “Resulta da falta de instituições próprias a educar convenientemente o

---

<sup>36</sup>Apenas um desses artigos possui a identificação do autor, sendo os outros cinco remetidos apenas ao tradutor Manoel de Oliveira Fausto do qual não mais nenhuma informação. “Economia Política: Estudo político, econômico, e financeiro, e sobre a República de Nova-Granada” - autor: Mr. Mannequin; “Economia Política: Da instrução considerada do ponto de vista econômico”; “Variedades: Os vaivens da fortuna nas industrias”; “Economia Política: Adão Smith”; “Economia Política: O Comércio do chá na Rússia”; “A colheita e a exportação de algodão nos Estados Unidos em 1860”.

<sup>37</sup>Giacomo Raja Gabaglia nasceu na Província Cisplatina, em 1826, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1872. Professor da Academia de Marinha, era bacharel em matemática (1853), tendo se especializado na Europa em hidráulica aplicada a portos e canais. Chefe da Seção Astronômica e Geográfica da Comissão Científica de Exploração (1859-61). Publicou, em 1861, “A questão das secas na Província do Ceará”.

<sup>38</sup>GABAGLIA, Giacomo. Relatório sobre a Exposição Universal da Industria de 1855. **Revista Brasileira**: jornal de ciencias, letras e artes. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, Tomo II, 1859, pág. IV.

<sup>39</sup>GABAGLIA, Giacomo. Relatório sobre a Exposição Universal da Industria de 1855, pág. IV.

<sup>40</sup>GABAGLIA, Giacomo. Relatório sobre a Exposição Universal da Industria de 1855, pág. IV.

<sup>41</sup>GABAGLIA, Giacomo. Relatório sobre a Exposição Universal da Industria de 1855, pág. IV.

povo para os trabalhos industriais. Falo da educação positiva e prática, que deveria ser dada de maneira muito especial ao Brasil, atendendo-se às condições próprias, que são completamente diversas das dos grandes Estados da Europa”<sup>42</sup>. Por fim, tal arcabouço liberal é sintetizado na defesa de uma economia industrial que favoreça a ação individual: “Também parece-me indispensável garantir a liberdade completa das indústrias, recompensar unicamente os introdutores de novos ramos. Conceder privilégios apenas aos descobridores ou inventores de coisas úteis ao Brasil, e ainda não recompensadas em outros países”<sup>43</sup>.

Ainda sobre o liberalismo, vê-se nas edições de 1860 e 1861, traduções do *Journal des Economistes*, importante publicação do pensamento econômico liberal francês.<sup>44</sup> Nos comentários de rodapé feitos pelo tradutor Manoel de Oliveira Fausto, em “Da instrução considerada do ponto de vista econômico”, o leitor poderá encontrar um texto talvez de acordo com o estatuto assumido pela *Revista Brasileira* em subsidiar intelectuais a se capacitarem no campo econômico. Os ensinamentos de Economia Política assumiriam para o tradutor uma face um tanto quanto contraditória, porém, necessária no Brasil, ainda que na sua forma mais elementar.

Manoel de Oliveira Fausto<sup>45</sup> observa que “seria loucura pretender-se que nas escolas primárias do Brasil, mesma nas da capital do Império, se ensinassem os princípios elementares, ou rudimentos da Economia Política, que não se aprendem nem nos estabelecimentos de mais elevada instrução” Despidos das suas vestes científicas no país, tais ensinamentos ficariam mais inteligíveis quando voltados para “fenômenos sociais, fatos da

---

<sup>42</sup>GABAGLIA, Giacomo. Relatório sobre a Exposição Universal da Industria de 1855, pág. IV.

<sup>43</sup>GABAGLIA, Giacomo. Relatório sobre a Exposição Universal da Industria de 1855, pág. IV.

<sup>44</sup>“O *Journal des Économistes*, cujo primeiro número circulou em 1842, é das mais antigas publicações no campo da economia no mundo. Com o subtítulo de *Revue Mensuelle de L'Économie Politique, des Questions Agricoles, Manufacturières et Commerciales*, foi editada em Paris, chez Guillaumin, Libraire – Éditeur, Galerie de la Bourse, 5, Panoramas, até 1856, quando teve início a segunda fase da revista. Em 1866 há uma terceira fase, que se prolongou até as primeiras décadas do século XX. Em 1853, há alteração no título da revista que passou a se chamar *Revue de la Science Économique* (...) As páginas do *Journal des Économistes* serão freqüentadas não só pelos maiores nomes das ciências sociais de então, mas também pelos temas econômicos, políticos e sociais mais candentes do século XIX. Nomes como os de Merivale, Bastiat, Proudhon, Louis Blanc, Fourier, Engels, Quételet (e sua teoria das probabilidades), Cherbuliez, Macculloch, John Stuart Mill, Carey, Juglar, Von Thünen, Courcelle-Seneuil, Roscher, Tooke, List, Leroy-Beaulieu, Levasseur, Gustave de Molinari, Yves Guyot, Maurice Blok, entre outros, são decisivos no debate econômico-político do século XIX. Temas como as revoluções de 1848, as reivindicações operárias, a marcha dos negócios, o comércio internacional e os interesses do empresariado fizeram do *Journal des Économistes* um sismógrafo de seu tempo, o órgão, por excelência, do pensamento liberal francês do século XIX.” PAULA, João Antonio de. Walras no *Journal Des Économistes*: 1860-65. **Rev. Bras. Econ.** vol.56 no.1 Rio de Janeiro Mar. 2002.

<sup>45</sup>Economia Política: Da instrução considerada do ponto de vista econômico. Tradução e comentários de Manoel Oliveira Fausto. **Revista Brasileira**: jornal de ciencias, letras e artes. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, Tomo III, 1860, pág.225.

vida cotidiana, que estão ao alcance de todas as inteligências, ainda as mais tenras, e que poderiam ser assunto e objeto de leituras fáceis, agradáveis e instrutivas”<sup>46</sup>.

Em outro artigo traduzido e comentado em rodapé por Manoel de Oliveira Fausto, intitulado “Adão Smith”, o autor parte das elaborações do autor de *A Riqueza das Nações* para pensar até que ponto o Brasil peca no que diz respeito ao desenvolvimento econômico do molde liberal clássico. Várias nações estariam se perdendo no mundo econômico por não compreenderem as simples diferenças entre o fundo de consumo e o fundo de produção, entre o capital fixo e o capital circulante, apontadas por Smith. Manoel de Oliveira Fausto<sup>47</sup> se coloca na função de lançar um alerta ao governo imperial. Com base na teoria de Smith, diz que “grande parte das dificuldades com que luta atualmente nosso País, e da *crise* que está atravessando, deve ser lançada à conta da ignorância dessa doutrina fundamental, uma das de maior alcance prático.”<sup>48</sup> O *Journal des Economistes* como principal repertório analítico para o liberalismo da *Revista Brasileira* sugere a quase necessária presença do referencial externo para os autores brasileiros pensarem suas próprias ações. Antes de esconderem-se sob o pretensioso argumento da originalidade, o liberalismo da *Revista Brasileira* parece fazer questão de realçar o próprio papel da mediação na busca por objetivos como o liberalismo econômico e outros que serão destacados mais à frente.

Mesmo que a *Revista Brasileira* não tenha recebido em suas páginas um debate aberto sobre a situação do ideário do liberalismo no Brasil, suas apropriações do *Journal des Economistes* sugerem alguma forma de intervenção no que, segundo José Murilo de Carvalho, ganhou notável dimensão na década de 1860. Trata-se de um debate sobre o monopólio do Banco do Brasil na emissão de papel moeda, no qual o liberal Bernardo de Souza Franco (então Ministro da Fazenda) era um dos poucos a defender a pluralidade de tal emissão. Por outro lado, o visconde de Itaboraí, financista do Partido Conservador, reforçava sua defesa da centralização de tal emissão pelo Banco lançado pelo visconde de Mauá em 1851. A grande propensão em apoiar o intervencionismo governamental provinha dos Conselheiros de

---

<sup>46</sup>Economia Política: Da instrução considerada do ponto de vista econômico, pág. 225.

<sup>47</sup>Economia Política: Adão Smith. Tradução de Manoel Oliveira Fausto. **Revista Brasileira**: jornal de ciencias, letras e artes. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, Tomo III, 1860. pág. 428.

<sup>48</sup>Grifo Nosso. Talvez aqui a crise que se refere Fausto seja uma de amplitude global que se iniciou em 1857 com um pânico financeiro nos Estados Unidos causado por um declínio no desempenho da economia mundial e uma super-expansão da economia doméstica americana. A crise fez cair o preço do café e abriu espaço para idéias e projetos industriais de substituição de uma economia pautada no trabalho escravo, como no Brasil, por uma industrial. Ver VILLELA, André. Tempos difíceis: reações às crises de 1857 e 1864 no Brasil. IN: **Congresso Brasileiro de História Econômica**, III, 1999 Curitiba, Anais. Disponível em: <http://econpapers.repec.org/paper/abphe1999/013.htm>

Estado, os quais, em sua maioria, segundo Carvalho, não se deixavam levar pelas doutrinas dos economistas liberais.

Interessante vislumbrar dentro dessa linguagem liberal mobilizada pela *Revista Brasileira*, mediante seus artigos extraídos do *Journal des Economistes*, uma tensão alimentada, de um lado, pelo exemplo do liberalismo econômico resguardado pelo periódico francês que, de algum modo, é enaltecido na *Revista*, e por outro lado, por uma tradição econômica em que a livre atuação teve pouco espaço em consequência da presença de um governo intervencionista<sup>49</sup>. Torna-se mais curiosa essa questão se pensarmos que o editor da *Revista*, na época de publicação dos textos traduzidos, era presidente do Banco do Brasil. É como um conflito entre o moderno e o antigo, entre a tradição e a inovação, entre o próprio e o alheio que está sediado nas páginas do periódico, mas sempre sublinhando a fluidez dessas instâncias.

\*

### **3 – Literatura e alteridade na *Revista Brasileira***

Ainda que o gráfico inicial demonstre que 15% do total de seções temáticas da *Revista Brasileira* seja dedicado à literatura e à crítica literária, se a *Revista* for comparada àqueles periódicos citados na seção inicial desse texto, percebe-se como essa temática foi, em certa medida, desprivilegiada pelos colaboradores do periódico. As passagens podem ser resumidas nos fragmentos de obras de Joaquim Norberto de Sousa e Silva, publicados também em outros espaços como na *Revista Popular*, e nas resenhas críticas de Fernandes Pinheiro, José Soares D’Azevedo e Manoel de Araújo Porto-Alegre.

As edições de 1857 e 1860 guardam uma importante associação com a linguagem do Romantismo no Brasil, assim como as outras revistas literárias do contexto. A presença de reconhecidos nomes da crítica no período, como Joaquim Norberto e também Fernandes Pinheiro, evidencia o parecer do periódico sobre o que vinha sendo produzido naquele momento, bem como o intento de estabelecer as bases para uma literatura nacional que valorizasse a *cor-local* e a individualidade histórica da nação. Destaca-se a resenha realizada por José Soares D’Azevedo da obra “A confederação dos Tamoios”, de Gonçalves de

---

<sup>49</sup>CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de sombras**: a política imperial. São Paulo: Edições Vértice, 1988, pág.116-117.

Magalhães, publicada um ano antes do primeiro número da *Revista Brasileira*, em 1856 pela Empresa Tipográfica Nacional do Diário.

Soares D’Azevedo inicia seu texto com uma aporia ao se perguntar se o povo brasileiro, em toda sua “simplicidade primitiva”, estaria pronto para receber do poeta uma demonstração de amor nacional pela epopeia, como no caso de Magalhães O crítico responde positivamente:

“E é porque o Brasil está cheio de vida intelectual, porque crê nos seus destinos futuros, o sente no coração o gérmen da poesia que os seus bosques e os seus rios lhe inspiram, que a critica se pode hoje apoderar em sossego da Confederação dos Tamoios, como ideal de sua história primitiva, e considerá-la imparcial e desapaixonada, quer sob o domínio da ciência, quer da arte”<sup>50</sup>.

A escolha da obra de Magalhães não parece ser despojada de uma justificativa. De acordo com as claras definições no “Prospecto” do periódico, o projeto de servir à nação passava por abrir suas páginas à literatura responsável, nesse momento, por definir a *Cor-local* do país e oferecer ao futuro obras dignas de lembrança. A literatura como documento da existência e dos bens de uma nação era capaz de guardar essas demonstrações de uma memória nacional.<sup>51</sup> Consequentemente, analisar uma obra como a de Gonçalves de Magalhães estava para além de uma indicação bibliográfica aos leitores da *Revista*, mas delineava o caráter missionário de qualquer intelectual na divulgação de uma obra acordada a um projeto de delineamento da face étnica do Império, na qual o indígena, personagem central da obra, foi desígnio de inúmeras outras obras.<sup>52</sup> Tal ponto talvez se esclareça com o estudo das Comissões de Exploração do território nacional abordado mais à frente. Este “outro”, nesse caso interno à nação brasileira, aparece nas páginas da *Revista* mediado pela “crítica literária” e talvez como um “elemento” singular que conforma a nacionalidade, ficando ao mesmo tempo alheio aos benefícios dessa nacionalidade.

---

<sup>50</sup>D’AZEVEDO, José Soares. Litteratura: A confederação dos Tamoyos. **Revista Brasileira**: jornal de ciencias, letras e artes. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, Tomo I, 1857, p.62)

<sup>51</sup>Para um estudo detalhado das representações do nacionalismo, por intermédio do discurso histórico e literário, feitas durante a geração romântica poderíamos citar uma extensíssima bibliografia. Me restrinjo aqui a duas importantes obras que nos serviram de referência: RICUPERO, Bernardo. **O Romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004; ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

<sup>52</sup>De se destacar aqui: Três obras de José de Alencar: *O Guarani* (1857) pela *Empresa Tipográfica Nacional do Diário*, *Iracema* (1865) pela *Tipografia de Vianna & Filhos*, *Ubirajara* (1874) pela *Livraria-editora Garnier*; Também *I-Juca Pirama* de Gonçalves Dias e a própria *Confederação dos Tamoios* de Gonçalves de Magalhães.

Por sua vez, Joaquim Norberto de Sousa e Silva, em artigo denominado “Literatura Brasileira” (edição de 1860)<sup>53</sup>, retoma o tema, introduzido no Brasil pelo viajante francês Ferdinand Denis, da autenticidade da natureza do Brasil para fomentar a originalidade de seus poetas. Perguntando-se “se pode o Brasil inspirar a imaginação de seus poetas”, Norberto, no interior de todo o empenho da ficção romântica em delimitar a imagem do nacional, parte de autores franceses que, presentes na América ou não, refletiram sobre a capacidade do que é próprio ao Brasil para servir de recurso a seus escritores. A potencialidade da literatura brasileira já teria sido apontada, segundo Sousa e Silva, por autores e viajantes franceses que por aqui passaram e que foram constantemente retomados como é caso de Ferdinand Denis, Daniel Gavet e Philippe Boucher<sup>54</sup>. Norberto parte da “autoridade das páginas brilhantes” de autores estrangeiros para, por meio do *olhar do outro*, sustentar uma posição:

“E que espetáculo (pondera também o Sr. Ferdinand Denis), e que espetáculo! Como deixar de admirá-lo! (...) uma nova energia de apodera do pensamento dos Brasileiros; e tanto é isso assim, que o viajante se sente naturalmente disposto a fazer essa ressoar as florestas de seus cantos, e maravilhosas narrações dos tempos dos descobrimentos encantam os ranchos das bandeiras.’ – ‘Ah! É no Novo Mundo, exclamam os Srs. Gavet e Boucher, que o poeta pode estudar a sua arte; é lá que deve brotar por demais forte e superior o seu pensamento criador; aí se encontra o gracioso ao lado do sombrio e do horrível”.<sup>55</sup>

O escritor brasileiro além de se preocupar com as condições fornecidas pelo seu meio para a realização da produção literária, também prende sua atenção com o seu estatuto internacional diante das realizações de outras nações. Se a conclusão de Sousa e Silva sobre a fertilidade da paisagem do Brasil para inspirar seus poetas foi positiva, nada mais natural que o intelectual brasileiro requeira seu estatuto de independência e, conseqüentemente, o *termômetro* de sua ilustração indique o alcance da condição desejada. Dessa vez, Sousa e Silva se apropria de uma passagem do poeta argentino José Mormol, reproduzida abaixo:

“Nossos pais deram uma independência política; cumpriram a sua missão, não devemos exigir mais. Somos nós, os seus filhos, os que devemos dar contas às gerações futuras do emprego que fizemos da nossa época. Temos de continuar a revolução, porque a Hespanha e Portugal ainda imperam em

---

<sup>53</sup>A *Revista Brasileira* em nota afirma que o artigo é o “capítulo III do *Primeiro Livro da História da Litteratura Brazileira* de Noberto. O texto foi lido “em uma das sessões do Instituto Histórico no anno de 1855”. SOUSA E SILVA, Joaquim Norberto de. *Litteratura Brazileira*. **Revista Brasileira**: jornal de sciencias, lettras e artes. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, Tomo III, 1860. Pág. p. 257.

<sup>54</sup>SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

<sup>55</sup>SOUSA E SILVA, Joaquim Norberto de. *Litteratura Brazileira*, pág. 270.

suas antigas colônias; e temos de firmar uma independência quiçá mais cara - a independência intelectual”.<sup>56</sup>

Sintomática essa procura por uma independência intelectual, mas que aqui não é sinônimo de uma construção nacional pautada apenas nas “propriedades” de um país, e sim também no olhar exterior, no reconhecimento e não negação do “outro” na constituição das próprias imagens do “eu” nacional.

\*

#### **4 – Histórias cruzadas: o *outro* na construção de uma Ciência nacional**

Na busca por construir um pensamento científico no país que a *Revista* se coloca, percebe-se a presença da *Academia de Ciências de Paris* em um grande número de textos incluídos nas seções “Astronomia”, “Mineralogia” e “Paleontologia”. Na seção “Notícias Científicas e Artísticas” a academia francesa forneceu importantes notas de inovações no campo científico, publicadas pela *Revista* para atender às demandas de seus leitores. Os progressos técnicos e científicos anunciados na Academia francesa são retirados, em geral, de periódicos norte-americanos como o *Courier de Charleston*, *Enquirer de Columbus*, *Jamesville-Standard* e *Practical Mechanic's Journal*.

É importante mencionar que na edição de 1860 foram publicados 16 textos estrangeiros do total de 35 publicados. Na edição de 1861 foram 8 textos de um total de 14. Isso deixa claro, nesses dois anos, a importância dos periódicos franceses para a composição da *Revista Brasileira*. O gráfico abaixo mostra a importância dos textos provenientes do “Comptes Rendus Hebdomadaires des Séances de l’Académie des Sciences de Paris” e de outras publicações:

---

<sup>56</sup>SOUSA E SILVA, Joaquim Norberto de. *Litteratura Brasileira*, pág. 278.

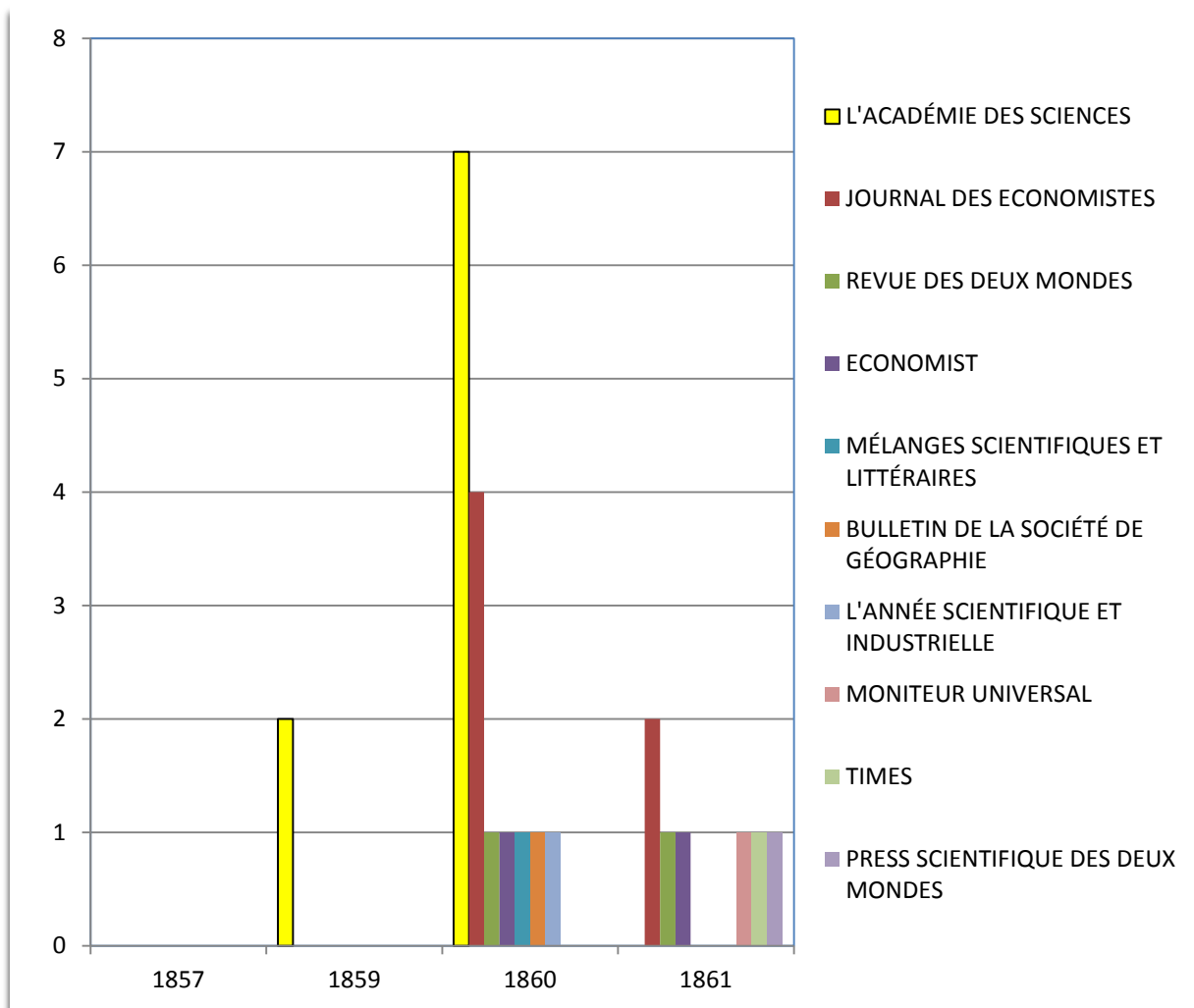


Gráfico 2 - Quantidade de artigos, provenientes de publicações internacionais, publicados na *Revista Brasileira* em sua primeira fase.<sup>57</sup>

Simultaneamente, boa parte dos esforços do editor Candido Baptista de Oliveira nos seus textos publicados pela *Revista Brasileira* se dirigiram para a tentativa de implantação do sistema métrico decimal no Brasil Império. A preocupação de Oliveira era com os inconvenientes causados pelas avaliações de produtos através de unidades de diferentes valores, pesos e medidas, e as implicações dessa inadequação aos aspectos organizacionais da Europa para as produções nacionais. Há no trecho abaixo uma evidente inquietação do autor com a inserção do Brasil em um “concerto” das nações modernas:

“A ideia de uma Metrologia uniforme para todos os países, ligados entre si pelas relações de comércio; e demais, sendo subordinada, ao princípio

<sup>57</sup>Três destes textos provenientes da Academia de Ciências de Paris são publicados em língua francesa, conforme justifica o próprio editor, com a finalidade de estender a atuação da *Revista Brasileira* não só dentro, mas também fora do Brasil. Todos assinados por Emmanuel Liais “Astronomia: Sur la nouvelle planète annoncée entre Mercure et le soleil”; “Astronomia: Note sur les observations physiques de la comète découverte à Olinda le 26 Février 1860”; “Astronomia: Eléments paraboliques de l’orbite de la grande Comète de 1860”.



decimal, na dedução dos elementos que a compõem de uma unidade fundamental, de grandeza variável, e acessível à verificação em qualquer ponto habitado do nosso planeta, deve ser considerada como um complemento necessário da Aritmética que transmitiram os Árabes a todos os povos da civilização moderna”<sup>58</sup>.

Os esforços de Oliveira foram também acompanhados pela colaboração do historiador e diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen que, na edição anterior, em 1859, esboçou seu parecer sobre a necessidade da invariabilidade do sistema métrico: “(...) já agora cumpre aceitar em todas as nações, ao menos para (bem que à custa de sacrifícios, que os inventores do novo sistema poderiam ter evitado) conseguir-se a grande vantagem da uniformidade”<sup>59</sup>. A adoção do sistema métrico prevista pelo projeto Saquarema de centralização política e de ordenação do tempo no Império, conforme destacado no início deste texto, sugere também uma maneira de gestação da identidade nacional, recrutando para o centro as instituições e transmitindo uma imagem de unidade do modelo nacional.<sup>60</sup>

Para além da apropriação de diversos impressos estrangeiros, que fomentaram as publicações científicas da Revista Brasileira, e também dos esforços do editor Oliveira pela implantação do sistema métrico, um último tema que contou com a presença novamente de comissários como Raja-Gabaglia e Gonçalves Dias foi a Comissão Científica de Exploração, encarregada de explorar o território interno do Império.

A Comissão foi formada em 30 de maio de 1856, em uma Sessão Ordinária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com a presença do Imperador do Brasil D. Pedro II. Comissão não só preocupada em identificar os progressos materiais da civilização européia, mas também determinada em definir a alteridade local dentro do Império, dessa vez, com os olhos e a autópsia dos *brasileiros* e não somente de naturalistas estrangeiros.

Em relatório entregue ao IHGB, e publicado na *Revista Brasileira*, comissários chefiados por Luis Pedreira do Couto Ferraz foram encarregados de delimitar as especificidades das províncias do Império. Em tal tarefa de desenhar a nação, o elemento etnográfico recebeu especial atenção, buscando traduzir para um conhecimento científico e ordenado todos os resultados obtidos sobre as investigações dos primitivos habitantes da

---

<sup>58</sup>OLIVEIRA, Candido Baptista de. Metrologia: memória sobre a adopção do systema métrico no Brazil. . **Revista Brasileira**: jornal de ciencias, letras e artes. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, Tomo III, 1860, pág. 115.

<sup>59</sup>VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Metrologia: Antigo systema métrico de extensão. **Revista Brasileira**: jornal de ciencias, letras e artes. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, Tomo II, 1859, pág 302.

<sup>60</sup> Ver o trabalho de SARMENTO, Carlos Eduardo. **A medida do progresso**: as elites imperiais e a adoção do sistema métrico no Brasil. Rio de Janeiro: CPDOC, 1997.

América.<sup>61</sup> Com o intento de tornar tais *selvagens* “inteligíveis”, caberia aos comissários colocarem o indígena nos padrões de conhecimento do homem *civilizado* e integra-los a *comunhão brasileira*, a saber:

“Os principais elementos que servem para distinguir as raças humanas são: a organização física, o caráter intelectual e moral, as línguas, e as tradições históricas. Estes elementos diversos não tem ainda sido estudados, sobretudo relativamente aos indígenas do Brasil, de maneira a assentar em suas verdadeiras bases a ciência da etnologia. (...) Além de que, o homem genuíno americano pode ser chamado a compartilhar os bens da civilização, e voluntariamente prestar-se à comunhão brasileira”<sup>62</sup>.

Dentre as quatro seções da Comissão, todos os seus diretores colaboraram com publicações assíduas na *Revista Brasileira*. A divisão dos trabalhos na Comissão ficou da seguinte forma: Francisco Freire Allemão de Cisneiros dirigiu a Seção Botânica, Guilherme Schüch de Capanema se encarregou da Seção Geológica e Mineralógica, Giacomo Raja Gabaglia dirigiu a Seção Astronômica e Geográfica e, por fim, a Seção Etnográfica e Narrativa da Viagem foi chefiada por Antonio Gonçalves Dias. É de se destacar novamente a ação da *Revista* no auxílio aos trabalhos de uma ciência nacional comprometida com a delimitação dos traços particulares do Império do Brasil, mas que, ao se lançar nessa tarefa, sempre vai de encontro ao “outro”, seja no seu próprio território ou mesmo no recurso ao olhar externo, parte então já sedimentada e constituinte das visões sobre o país.<sup>63</sup>

\*

## 5 – Considerações finais

Antes de encerrar, certamente uma última reflexão nos remete a questões colocadas no princípio deste texto. A fim de pensar os caminhos e descaminhos percorridos pelos discursos e informações nesse contexto atuante da *Revista*, um texto em específico nos traz muitas sugestões. Enquadrado na seção “Notícias”, ele se intitula “A literatura nos Estados Unidos”. Trata-se de um informativo sobre a ação do governo norte-americano para subsidiar a produção intelectual e a grande comercialização de obras de ciências/literatura e de periódicos naquele país. Sua procedência é ocultada pela *Revista*, entretanto tal empecilho não

---

<sup>61</sup>Para um estudo sobre as relações entre escrita etnográfica e tempo histórico durante o Brasil oitocentista ver TURIN, Rodrigo. **Tempos cruzados**: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2009.

<sup>62</sup>(Comissão científica, 1857, p.272)

<sup>63</sup>Sobre a Comissão Científica de Exploração ver o trabalho de PINHEIRO, Rachel. **As publicações dos integrantes da Comissão Científica de Exploração**. Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, set. 2004.

impossibilita que levantemos a hipótese de, assim como os demais artigos dessa seção, ele ser proveniente da Academia de Ciências de Paris. O texto afirma, na mesma linha do relatório de Gonçalves Dias citado anteriormente, que:

“Cumpre-nos dizer que o governo de Washington, solícito em promover por todos os meios esta benéfica reação intelectual, não deixou um instante de proporcionar, por numerosas subvenções, facilidades apreciáveis. Basta referir que o governo concedeu de alguns anos para cá a quantia de 200,000 dólares para a publicação de uma História Natural dos Estados Unidos. (...) Dos periódicos cujo número se avalia em 1,800, têm alguns conseguido uma extração de 60,000 exemplares, (...). É isso o mais glorioso testemunho de um país, que sempre vai caminhando na senda do progresso”<sup>64</sup>.

Para além do caráter exemplar assumido pelo governo americano, que é, talvez, um grande motivador para sua publicação na *Revista Brasileira*, vale notar o trajeto feito por tais informações entre América do Norte, Paris, até adentrar o cenário de um periódico comprometido com os rumos da ação imperial no Brasil. Esse trajeto apresenta uma visão que possibilita questionar uma natureza centrada e homogênea do poder, evidenciando a existência de **histórias interconectadas**. A metáfora do *termômetro*, trazida à tona por Gonçalves Dias logo no início do nosso texto, é capaz de condensar, talvez, também a proposta da *Revista Brasileira* de publicar artigos como esse citado acima. O desenvolvimento pleno do Império do Brasil só pode ser pensado em uma perspectiva comparada aos caminhos traçados por nações como a França e mesmo os Estados Unidos. Talvez a metáfora do *termômetro* de uma nação, e sua direta alusão ao “outro”, seja o principal meio para se pensar o país nesse meados do XIX na atuação da imprensa ou em campos como a ciência, a literatura e a economia conforme nosso texto pretendeu realçar.

É notório, portanto, o quanto a mundialização da imprensa e do impresso no século XIX, bem como suas apropriações pela *Revista Brasileira*, por meio de traduções e informações de e sobre outras nações, criam “figurações do outro”, sejam elas exemplares, como é o caso de França, Inglaterra e EUA ou não-exemplares, como é o caso de Portugal. A *Revista Brasileira* se torna, assim, um índice, um sintoma, de uma nação/civilização que desejava por meio da palavra impressa contribuir para o desenvolvimento econômico, científico e artístico, em especial, do espaço público do jovem país. Onde também o papel da

---

<sup>64</sup>Notícias de Ciências e Artes: A literatura nos Estados Unidos. **Revista Brasileira**: jornal de ciencias, letras e artes. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, Tomo III, 1860, pág.180.

mediação cultural sempre esteve em questão e a criação de uma cultura intelectual não se privou da palavra alheia para definir sua própria imagem.

## Capítulo 2

### **Caminhos para a *civilização* e as representações de Portugal na *Revista Brasileira* (1879-1881): uma possível leitura da teoria do desejo mimético sobre os intercâmbios intelectuais no Brasil oitocentista**

\*

Neste segundo capítulo – talvez fruto da historicidade acadêmica inerente a todo estudante – há um texto, ainda que mantenha a problemática inicial, com uma abordagem mais “ousada” do que aquela oferecida no primeiro capítulo que foi um dos primeiros trabalhos da Iniciação Científica. Para analisar a problemática das apropriações e intercâmbios intelectuais na segunda fase da *Revista Brasileira* (1879-1881) propomos aqui uma leitura, ainda que provisória, da teoria do desejo mimético oferecida pelo filósofo francês René Girard. Com ela, mais do que buscar oferecer algum tipo de resposta definitiva sobre a tópica da imitação na cultura brasileira, algo com uma bibliografia já vastíssima na nossa cultura intelectual, pretendemos fazer uma sondagem e uma possível explicação para o lugar ocupado pelo *Outro* na intelectualidade brasileira da segunda metade do século XIX.

Em “Mentira romântica, Verdade romanesca”<sup>65</sup>, Girard identifica a partir da leitura de romances clássicos da tradição ocidental o tratamento de um problema comum: o papel fundamental da mediação em todo e qualquer desejo humano. É como se Cervantes, Stendhal, Flaubert, Proust e Dostoievski, dotados de uma excepcionalidade histórica, tivessem sido capazes de tocar em um princípio fundamental, o reconhecimento do caráter mimético do desejo humano, a “verdade romanesca”, isto é, dois sujeitos somente passam a desejar-se através da mediação de um terceiro termo. É este o oposto do lugar-comum oferecido pelo Romantismo, e de todo o projeto da racionalidade moderna, na qual o sujeito autotélico deseja à despeito dos outros, e na qual o sujeito é livre para exercer suas vontades sobre o objeto: a “mentira romântica”.

Surgem contudo as problemáticas consequências da mediação. Da eleição de um modelo decorre o desejo aos objetos desejados por esse modelo, abrindo brecha para um possível confronto entre sujeito e mediador. Girard diferenciou, contudo, duas formas de

---

<sup>65</sup>GIRARD, René. **Mentira romântica, Verdade romanesca**. Trad. De Lília Ledon da Silva. São Paulo: E-realizações, 2009.

mediação. Àquela na qual o modelo/mediador está distante e o objeto não poderá ser disputado, Girard denomina *externa*. Já aquela em que o modelo/mediador está próximo e consequentemente seu objeto, trazendo uma possível rivalidade, chama o autor de *interna*. A complexidade dos conceitos apresentados por Girard como decorrentes do caráter mimético do desejo como a vaidade, o esnobismo, o orgulho, o ódio, entre outros, extrapolariam aqui os objetivos desse texto, que não é o da apresentação densa da sua obra, mas sim retirar elementos para uma leitura pontual do cenário intelectual brasileiro oitocentista. De tal forma, nos concentramos aqui em diferenciar as duas formas de mediação supracitadas que irão guiar nossa interpretação durante todo o texto.

O primeiro dos romances analisados por Girard, “Dom Quixote” de Miguel de Cervantes, traz à cena a renúncia do seu personagem principal de escolher os seus objetos de desejo. Amadis de Gaula, era para Dom Quixote um modelo de inspiração e a cavalaria da qual seu modelo pertencia é quem fornecia a Quixote os seus objetos de desejo. Há aqui o sujeito desejante, Quixote; o objeto desejado, a vida cavaleiresca; e acima disso Amadis de Gaula, o mediador, fechando essa relação triangular. O seu escudeiro, Sancho Pança também não é imune ao desejo mimético. Os seus desejos de governar uma “ilha” e conseguir títulos nobres para sua filha foram sugeridos por Quixote que transforma-se assim no seu mediador. No caso de Sancho e Quixote, sua relação não se estremece por seus objetos de desejo não se chocarem, a distância é suficiente para que as duas esferas de possibilidade (mediador e sujeito) não entrem em contato. É o caso de “Madame Bovary”, de Gustave Flaubert, que também ilustra essa certa ausência de espontaneidade dos personagens no ato do desejo. Emma Bovary elege heroínas românticas como seu modelo de imitação e toma Rodolfo por um príncipe tal como fazem suas fontes de inspiração.

Há contudo, segundo Girard, uma distinção entre os dois romances envolvendo a distância com os objetos desejados e a relação com o mediador. Mesmo assim, os dois casos evidenciam fenômenos da mediação externa. Diz o autor:

“É em Cervantes, obviamente, que essa distância é maior. Nenhum contato é possível entre Dom Quixote e seu Amadis lendário. Já Emma Bovary está menos distante de seu mediador parisiense. Os relatos dos viajantes, os livros e a imprensa propagam até Yonville e as últimas modas lançadas na capital. Emma se aproxima ainda mais do mediador por ocasião do baile em casa dos Vaubyessard; ele penetra no santuário e contempla o ídolo frente a frente. Mas essa aproximação permanecerá fugaz. Jamais Emma conseguirá desejar

o que desejam as encarnações de seu “ideal”; jamais ele conseguirá competir com estas; jamais ela partirá para Paris.”<sup>66</sup>

Dois outros escritores estudados por Girard – Stendhal e Proust – também foram efetivos na compreensão do caráter mimético do desejo. Porém, preferiram evidenciar a “verdade romanesca” por um outro caminho, aquele de consequências mais graves e cotidianas, isto é, menos idealista e mais pragmático, como aqui é o caso da mediação interna. Essa mesma distancia, intangível para Quixote e Emma Bovary, é reduzida agora em esferas que penetram uma na outra. Quanto mais o mediador se aproxima do sujeito, maiores as possibilidades e mais tendem a se confundir, e o obstáculo que eles opõem um ao outro se torna intransponível. A imitação na mediação interna, ao contrário do que acontece na externa, é dissimulada e não mais gritada aos quatro cantos. O mediador do objeto de desejo é quem impede o sujeito de satisfazer uma vontade e reinventa-se assim como objeto de ódio. Girard afirma que “em Cervantes, o mediador reina num céu inacessível e transmite ao fiel um pouco de sua serenidade. Em Stendhal, esse mesmo mediador baixou a terra” e é agora competidor direto do sujeito. Na obra “O vermelho e o negro”, o sujeito-herói Julien Sorel rompe a distância que o separava de seu mediador, e isso se sucede em vários outros romances de Stendhal nos quais a o vácuo entre sujeito e mediador é sempre pequeno e permite a concorrência dos desejos.

É a transfiguração do objeto desejado a instância mais propícia para uma diferenciação ainda mais clara entre mediação interna e externa. E aqui a obra de Marcel Proust “Em busca do tempo perdido” é particularmente ilustrativa. O objeto de desejo – vítima da intensificação da mediação interna, ou seja, da aproximação com entre sujeito e mediador – metamorfoseia-se e sentimentos como o ciúme e a inveja passam a ser mais recorrentes. Para Girard “não é exagero dizer que, em todas as personagens de ‘Em busca do tempo perdido’, o amor está estreitamente subordinado ao ciúme, isto é, à presença do rival. O papel privilegiado que desempenha o mediador, na gênese do desejo, fica pois mais evidente do que nunca.”<sup>67</sup> E aqui é a figura do “esnobe” a que chama mais a atenção. Ser esnobe no amor, reitera Girard, é entregar-se ao ciúme, é deixar claro o caráter imitativo e a perigosa proximidade entre sujeito desejante e mediador.

Ressaltamos, por fim, que serão essas duas categorias que viabilizarão uma leitura para o desejo mimético presente na cultura intelectual brasileira da segunda metade do XIX. Antes disso, vale encerrar essa primeira seção do capítulo com a sugestão do prefaciador da

---

<sup>66</sup>GIRARD, René. **Mentira romântica, Verdade romanesca**, pág.32

<sup>67</sup>GIRARD, René. **Mentira romântica, Verdade romanesca**, pág.47

tradução brasileira de “Mentira romântica, Verdade romanesca”, João Cezar de Castro Rocha. Segundo o pesquisador, para tais culturas que necessitam da mirada alheia, da autoridade externa para formar a sua própria imagem<sup>68</sup> – e aqui Castro Rocha menciona várias matrizes discursivas que permanecem na cultura brasileira e que foram inauguradas por autores estrangeiros como Von Martius, Ferdinand Denis e a missão francesa que fundou a USP – a obra de Girard coloca-se como importante fonte para o enfrentamento dessas questões relacionadas ao desejo mimético da cultura brasileira, especialmente de uma tradição intelectual acostumada a amparar-se no outro para suportar suas posições. Seria essa então a missão dos leitores de Girard nos “tristes trópicos”.

\*

## **1 – A centralidade do conceito de *civilização* e sua acepção entre o particular e o universal**

No trimestre de Julho-Setembro de 1880 a *Revista Brasileira* traz um artigo assinado por Urbano Duarte intitulado “O Naturalismo”. Ali registra-se um dos usos mais recorrentes no periódico do termo “civilização” que será um dos conceitos chaves para interpretar a geração de intelectuais que passou pela *Revista*. Para o autor, “a literatura de um povo é o monumento escrito de sua civilização”. Se haveria aqui então uma civilização brasileira e também outras civilizações cujo documento da sua existência e do porque vieram ao mundo era sua literatura, Urbano Duarte acrescenta a existência de um processo que se realiza para além dessas particularidades de cada civilização, um processo unitário e auto-realizativo: “Os povos do ocidente, porém, que junto às forças cegas e às influências naturais, souberam proclamar e afirmar o seu poder e soberania (...), marchando a par de todas as revoluções políticas e sociais que sacudiram as nações civilizadas.”<sup>69</sup>

Forças cegas e influências naturais que fazem o tempo correr a despeito do homem. O conceito de civilização mobilizado por Urbano Duarte é de uma polissemia característica da época moderna. Só com ela o ocidente já descreveu sua tecnologia, sua ciência, seus costumes, além de se contrapor àquele que seria o bárbaro ou mesmo a uma civilização oriental. Há contudo algumas definições mais precisas que se sedimentaram no discurso

---

<sup>68</sup> Também Luiz Costa Lima já havia afirmado ser “sistema intelectual brasileiro” (com as devidas ressalvas à ideia de “sistema”) desprovido de um “centro próprio de decisão”. Nas suas palavras: “Instituições legalmente capacitadas para julgar as produções intelectuais no Brasil tendem a não acatar senão os produtos seguidores de uma linhagem já suficientemente legitimada nos centros que conhecemos”. COSTA LIMA, Luiz. **Dispersa Demanda**: ensaios sobre literatura e teoria. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981. pág.24

<sup>69</sup>DUARTE, Urbano. O Naturalismo. **Revista Brasileira**, Tomo V, 1880, pág.26.



filosófico moderno e que ajudam a esclarecer o uso estabelecido por Duarte e por significativa parte da intelectualidade brasileira do oitocentos.

Uma das suas primeiras acepções está presente, segundo Norbert Elias e Jean Starobinski<sup>70</sup>, nos escritos de Mirabeau no ano de 1756. Ali há uma crítica de Mirabeau ao uso de “civilização” feita pela aristocracia francesa que a associava à polidez e a um código de boas maneiras, a “falsa civilização” para ele. Norbert Elias acrescenta que na segunda metade do século XVIII o movimento esclarecido de reforma para o aprimoramento das instituições, da educação, das leis será realizado mediante o aumento de conhecimento, e não aquele de uma erudição qualquer, mas com princípio na razão. É aqui que o conceito de civilização recebe uma conotação progressiva, como afirmado pelo próprio Mirabeau já que a “a civilização dos povos ainda não se completou”<sup>71</sup>, é um processo constante e cumulativo.<sup>72</sup>

A interpretação francesa do conceito ficou marcada fundamentalmente nos seguintes termos, tal como define Elias:

“A civilização não é apenas um estado, mas um processo que deve prosseguir. (...) O processo de civilização do Estado, a Constituição, a educação e, por conseguinte, os segmentos mais numerosos da população, a eliminação de que tudo o que era ainda bárbaro ou irracional nas condições vigentes, fossem as penalidades legais, as restrições de classe à burguesia ou as barreiras que impediam o desenvolvimento do comércio.”<sup>73</sup>

Essa versão francesa, porém, guarda alguma relação com o alemão *kultur* associado ao orgulho das realizações próprias como aquelas artísticas, intelectuais e religiosas, de modo que, segundo Elias, ao contrário de civilização, com toda sua conotação incorporadora de distintos, o conceito de *kultur* delimita. Sobretudo, “ele implica uma relação diferente com o movimento. Reporta-se a produtos humanos que são semelhantes a ‘flores do campo’, a obras de arte, livros, sistemas religiosos ou filosóficos, nos quais se expressa a individualidade de um povo”.<sup>74</sup>

Embora também tenha sido empregado de maneira vaga e imprecisa, o conceito de civilização quando associado ao de história ganhava traços mais claros na confecção de narrativas que estabilizavam estágios e momentos do desenvolvimento histórico humano.

---

<sup>70</sup>ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2.ed., 1994; STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**. Trad. De Vera Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>71</sup>ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**, pág. 62.

<sup>72</sup>Em texto recente, François Hartog se limita a apontar o uso mais conhecido do termo: “Civilização era um conceito futurista (vai-se em direção a ela) e um conceito normativo (há graus de civilização). Elemento central do regime moderno de historicidade, ela invocava um tempo aberto sobre o futuro e progressivo.” HARTOG, François. Situações postas à história. **Revista de História**, São Paulo, n. 166, p. 17-33, jan./jun. 2012.

<sup>73</sup>ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**, Pág. 62

<sup>74</sup>ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**, Pág. 25.

Criava-se assim a clivagem com aquele que teria perdido o “trem da história” e ficado na condição de bárbaro, a antinomia civilizacional. Porém, conforme registrou o próprio Mirabeau<sup>75</sup>, civilização na acepção francesa também se dirigia ao Outro, falava-se em “as civilizações” (aqui reiterando a proximidade com o alemão *Kultur*). A tensão então está entre essa acepção pluralista e aquela da marcha do gênero humano singular.

De tal forma que, uma compreensão interessante dos discursos histórico-filosóficos de intelectuais no Brasil, deve levar em conta uma complexa rede de referências, hora de acordo com padrões de tendências unitárias, incorporadoras, progressistas, hora de acordo com inclinações à particularidade, aquilo que delimita uma identidade, conformando assim o característico *singular/coletivo* da ordenação temporal do período moderno.<sup>76</sup>

Perguntar-se então a que fim vem a contribuir um periódico de aglutinação da produção intelectual brasileira, como é a *Revista Brasileira*, durante três momentos da segunda metade do século XIX, não nos surpreende que a justificativa seja a de inserir o legado brasileiro a uma corrida maior, aquela civilizacional. Ao menos é dessa forma que se posiciona o editorial da segunda fase da *Revista* em Julho de 1879:

“Nos domínios das letras não podem preencher se não mediano encargo os povos que, semelhantes ao brasileiro, ainda que entradas nas lutas do espírito, não atingiram, por muito novos ou por desajudados de certas condições favoráveis ao progresso, o elevado escopo, a que chegaram as nações, ora na primeira linha da humanidade, e que constitui o orgulho delas e ao mesmo tempo representa o patrimônio de muitas épocas, desenvolvimentos e civilizações.”<sup>77</sup>

Contudo, para preencher essa lacuna e potencializar as “condições favoráveis ao progresso” era preciso driblar um empecilho na formação do povo brasileiro. Como fazer com que esse legado brasileiro receba reconhecimento no “teatro do mundo” quando esse povo nem mesmo dispõe das faculdades para a apreciação do livro, forma mais elementar de divulgação do conhecimento? É aqui que o gênero “revista” ajusta essa particularidade brasileira ao contexto civilizacional:

“O povo brasileiro - não é sem mágoa que o dizemos - posto que deve desempenhar em período talvez não muito remoto papel importante no teatro do mundo, não está ainda preparado para consumir o livro, substancial

---

<sup>75</sup>STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*, p.18

<sup>76</sup>Conforme destacado na introdução à esse trabalho monográfico e pautado na discussão elaborada por KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. In: \_\_\_\_\_ . **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

<sup>77</sup>A Revista Brasileira. **Revista Brasileira**. Tomo I, 1879, pág. 5.

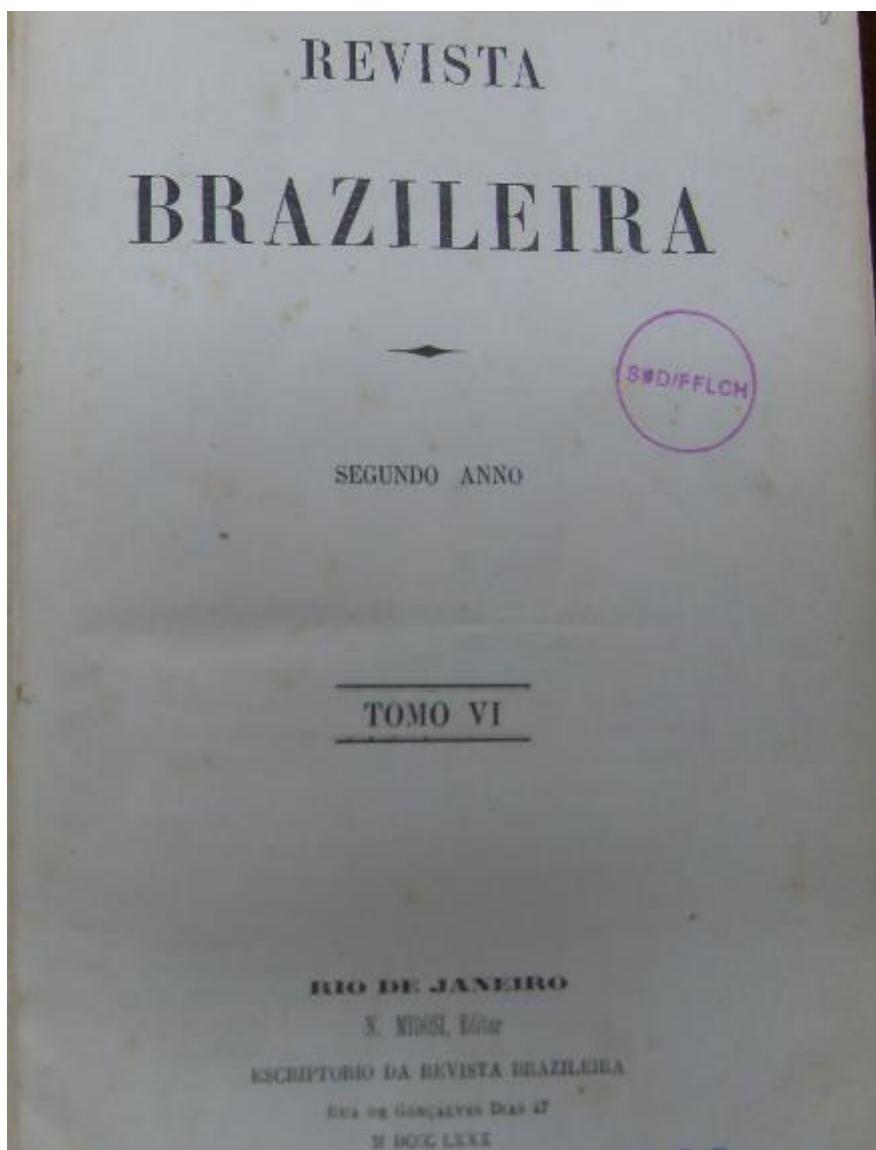
alimento das organizações viris e fortemente caracterizadas. Faltam-lhes as condições de gosto, instrução, meios, saudável direção de espírito, sem as quais não se pode cumprir a livre obrigação que equipara o artesão ao capitalista, o operário ao literato, o pobre ao milionário - a de comprar, ler e entender verdades ou idéias coligidas em um volume, cuja leitura demanda largo fôlego e cujo estudo requer tempo de que o povo em geral não dispõe. A revista, transição racional do *jornal* para o *livro*, ou antes laço que prende estes dois gêneros de publicação, afigura-se-nos por isso a forma natural de dar ao nosso povo conhecimentos que lhe são necessários para ascender a superior esfera, no vasto sistema das luzes.”<sup>78</sup>

Percebemos, portanto, que a luta para conjugar o nacional e o moderno, para inserir a singularidade brasileira e sua contribuição no concerto das nações implicava em uma espécie de ajuste de ponteiros constante especialmente com a Europa, à exceção de Portugal que, conforme destacaremos a seguir, foi alvo de significativas críticas da intelectualidade brasileira, seja pela disputa de um mercado editorial, pelo ingresso na civilização, pela originalidade do idioma, ou mesmo pela desqualificação dos autores brasileiros por parte daqueles lusitanos. Para tanto, escolhemos a *Revista Brasileira* como fonte e objeto de estudo. Ela que fora retomado por Nicolau Midosi em sua segunda fase e reuniu ao todo 10 tomos publicados trimestralmente entre julho de 1879 e dezembro de 1881, 8 deles impressos pela *Typografia Nacional*, e que tiveram uma média de 20 artigos e 500 páginas cada. Na linha de frente da edição estavam funcionários da Secretaria do Império, Balduino Coelho, Candido Rosa, Nicolau Midosi, Moreira Sampaio e também Franklin Távora.<sup>79</sup> Diferentemente da sua primeira edição que privilegiava um enfoque científico-econômico, nesse segundo momento os artigos versaram majoritariamente sobre temas literários como crônicas, romances, poemas e polêmicas intelectuais, **como poderá ser observado no anexo ao texto.**

---

<sup>78</sup>A Revista Brasileira. **Revista Brasileira**, Pág. 6, Grifos do autor.

<sup>79</sup>Ainda não conseguimos informações precisa sobre esses intelectuais, com exceção de Távora. Apesar de Midosi figurar como editor, em uma nota sobre a política publicação assinam os cinco citados.



\*

## **2 – O problema da mediação cultural e as representações de Portugal na *Revista Brasileira*: intelectuais e desejo mimético**

João Cezar de Castro Rocha, pesquisador brasileiro da obra de René Girard, afirma que a existência do pensamento latino-americano manifestou-se no enfrentamento da questão da mediação cultural. Ou seja, a pergunta central colocada pelos intelectuais deste continente desde o século XIX pode ser resumida em como criar uma cultura partindo da necessidade do mediador, daquele que apresentaria a essas recentes nações um conjunto de objetivos e modelos de atuação<sup>80</sup>. Assim, conclui Castro Rocha, que a recorrente presença do “Outro” nas

---

<sup>80</sup>Tal passagem de Castro Rocha encontra-se em uma palestra sobre o Lançamento do livro “Shakespeare - Teatro da Inveja” disponível em:

narrativas dos escritores brasileiros é sintomática de uma cultura que busca na autoridade externa formar a sua própria imagem e, nessa nação onde o “eu” é também “outro”, reside um interessante *locus* de estudo para a teoria do desejo mimético. Contudo, como bem nos ensina Girard, a relação com o mediador pode estremecer conforme o objeto de desejo de ambos passe a ser alvo de uma disputa em que sujeito e mediador tenham reais possibilidades de alcançá-lo. É essa, a princípio, a nossa hipótese sobre a relação tecida com Portugal por boa parte da intelectualidade brasileira da segunda metade do século XIX, na qual o ingresso da expressão brasileira na corrida civilizacional parecia estar condicionado a um confronto aberto com a ex metrópole.

\*

## 2.1 – O lugar de Portugal no contexto civilizacional e o progressivo distanciamento com a cultura portuguesa

Portugal nos discursos presentes na *Revista Brasileira* permanece à margem dos relatos de prosperidade que chegavam das civilizações desenvolvidas, de maneira que sua identidade com os outros europeus era assegurada apenas no âmbito da geografia, nada tendo a ensinar a países tidos como aspirantes ao mundo civilizado como o Brasil. Tal descompasso lusitano era anunciado, por exemplo, em artigo do escritor sergipano Sílvio Romero ao afirmar que no revolucionário e progressista século XIX os portugueses foram ultrapassados até mesmo pelos brasileiros:

**“No século atual [XIX] nós precedemos os portugueses na vida revolucionária e constitucional. Antes de seu insignificante movimento de 1820, nós havíamos tido os sucessos de 1817; antes de terem eles uma constituição, mais ou menos liberal, nós a tínhamos; antes de se verem livres de D. Miguel, tivemos a abdicação de D. Pedro. Em uma palavra, eles nada possuem que se possa equiparar aos nossos ímpetos revolucionários deste século. (...) O romantismo marca, intelectualmente, o primeiro passo decisivo que fizemos para deixar de lado a cultura lusa. Os nossos moços, de 1822 em diante, começaram a ler os escritores franceses e ingleses de preferência aos livros de Portugal.”<sup>81</sup>**

Franklin Távora, por exemplo, tomava parte da posição do polemista Sílvio Romero. Novamente em um estudo comparativo com Portugal, mais especificamente sobre disciplinas

---

[http://www.erealizacoes.com.br/espaco/janelaVideo.php?video=Palestra\\_TeatroDaInveja&posicao=2](http://www.erealizacoes.com.br/espaco/janelaVideo.php?video=Palestra_TeatroDaInveja&posicao=2) Acessado em 06/03/2013.

<sup>81</sup>ROMERO, Sílvio. A literatura brasileira: suas relações com a portuguesa; o neo realismo. **Revista Brasileira**. Tomo II, 1879, pág. 280. (Grifos nossos).

auxiliares da ciência histórica como a Bibliografia, Portugal era tomado como referência de como os “caminhos da civilização” não estavam fechados ao Brasil:

“A bibliografia, ramo da história literária que tantos e tão valiosos subsídios está destinado a prestar como ciência de erudição, não se pratica ainda no Brasil senão excepcionalmente, e só ao cabo de muitos anos poderá vir a ser neste império o que já é - uma brilhante realidade - nos principais países do velho mundo. (...) **Não devemos porém envergonhar-nos de ter em pequena conta riquezas que muitas vezes chegam a ser inestimáveis, quando em países maduros, como Portugal, essa ramo da ciência histórica está ainda no maior atraso.**”<sup>82</sup>

É nessa ação desqualificadora do legado e da produção cultural portuguesa que o discurso histórico receberá uma importante incumbência, tal como na gênese da esfera pública burguesa em que as filosofias da história foram uma arma para deslegitimar o poder do monarca criando prognósticos para sua destituição.<sup>83</sup> Sílvio Romero nos seus estudos sobre “A Poesia Popular Brasileira” lança as bases para o que viria ser a sua *História da Literatura Brasileira*, publicado inicialmente na própria *Revista* em 1881, mas que em realidade é praticamente história da cultura brasileira em que estão inseridos nomes para além do próprio gênero literário. Dentre os critérios para a classificação dos poetas brasileiros está o da individualização nacional que passa pelo grau de distanciamento progressivo estabelecido com a cultura portuguesa. É dessa maneira que, para Romero, nos seus quatro séculos de história os autores brasileiros podem ser divididos em primários, secundários e terciários. O trecho abaixo é extenso, mas de suma importância para nossa argumentação:

“Gregório de Matos, que indica, pela sátira e pelo cinismo, um momento psicológico da luta dos três povos que iam constituindo a atual população do Brasil, e onde começa a consciência nacional a despontar; Gonzaga, que personaliza a transformação do velho lirismo português conservado na América; Durão, que nos faz aproximar da natureza, desprezando os moldes clássicos, e desperta a consciência *brasileira*, lembrando que nós não éramos só descendentes de portugueses, mas que outras raças, como a dos *caboclos*, nos tocavam de perto; Martins Pena que, achando já a pátria constituída, simboliza o ridículo popular contra a chata burguesia (herança portuguesa) dos tempos da Regência e do segundo reinado; Alvarez de Azevedo, que, por meio da poesia, lançou-nos na alma as dúvidas da velha Europa, indo procurar as suas aspirações sempre longe de Portugal, ensinando-nos assim o cosmopolitismo moderno; finalmente Tobias Barreto, que, como poeta,

<sup>82</sup>TÁVORA, Franklin. Notas Bibliográficas. **Revista Brasileira**. Tomo II, 1879, pág. 504. Grifos nossos.

<sup>83</sup>Aqui Reinhart Koselleck estabelece um interessante paralelo entre o uso da história e a deslegitimação da monarquia no século XVIII. Sendo o controle do espaço público restrito ao poder absoluto, restavam os ambientes e a consciência privada dos indivíduos como espaço de juízo livre. É nessa brecha que a confecção de filosofias da história descrevendo a progressiva decadência da instituição monárquica irão atuar de maneira indireta (dissimuladamente segundo Koselleck) na reconfiguração desse espaço público. Ver KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise**. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.

resume todos os outros, e, como crítico e político, despertou-nos de nosso atraso, retalhando bem fundo as chagas, de nossas misérias de povo inculto e semi-bárbaro, provocando uma reação benéfica.”<sup>84</sup>

Essa história da literatura tendo como eixo norteador da narrativa o distanciamento de Portugal, colocou autores como Basílio da Gama, Santa Rita Durão, Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias em um estatuto inferior ao restante da produção literária brasileira por serem, segundo Romero, ainda muito devedores do Velho Reino português, seja pela forma (os árcades) ou pela linguagem (os românticos). A maturidade dos autores brasileiros teria dado seus primeiros sinais com José Alencar por ampliar o repertório de referências dos autores brasileiros para outros países europeus. De tal modo, afirma o escritor sergipano: “Hoje todos somos de acordo que o juízo de Portugal sobre um assunto ou sobre um autor não passa de um divertimento ou de uma coisa inocente. Neste ponto existem duas opiniões; o Brasil timbra por afastar-se do velho reino para aprender com as nações cultas.”<sup>85</sup> É com a ampliação do seu repertório de referências intelectuais e a conseqüentemente entrada em um cenário cosmopolita (em outras passagens nomeado “civilização”), que a literatura brasileira perceberia o quão limitada ficara enquanto esteve ligada a Portugal: “A consciência da *identidade* dos destinos humanos, que tão claramente se exprime pelo cosmopolitismo contemporâneo, força-nos ao respeito a todos os povos, na medida do mérito de cada um e, por isso mesmo, está nos ensinando o lugar em que se coloca Portugal.”<sup>86</sup>

Seja dito, porém, que não é toda a produção portuguesa que deva ser desprezada para Romero. Há também “espíritos medianos” diz o autor, tais como: Herculano, Castillo, Garrett, Mendes Leal, Rebello da Silva e Castelo Branco. Mas que uma vez comparados àqueles da tradição francesa, inglesa e alemã perderiam todo seu destaque: “O próprio Herculano, o maior de todos, o que é ao lado de um Mommsen, de um Gervinus, de um Ranke, como historiador? O que é ele, como poeta, em face de um Goethe, de um Schiller, de um Byron, de um Hugo?”<sup>87</sup>

O projeto dessa grande narrativa histórica delineado por Romero concretiza-se, então, na edição do trimestre de Abril a Junho de 1881 da *Revista*, na qual a *História da Literatura Brasileira* aparece para conferir de vez à nação sua história própria, escrita por um brasileiro, “científica” e com o “critério etnográfico”, este último, segundo Romero, ausente nas obras de

---

<sup>84</sup>ROMERO, Sílvio. A Poesia Popular Brasileira. **Revista Brasileira**, Tomo II, pág. 283.

<sup>85</sup>ROMERO, Sílvio. A Poesia Popular Brasileira. **Revista Brasileira**, Tomo V, pág. 140.

<sup>86</sup>ROMERO, Sílvio. A Poesia Popular Brasileira. pág. 140. Itálico do autor.

<sup>87</sup>ROMERO, Sílvio. A Poesia Popular Brasileira. **Revista Brasileira**, Tomo II, pág 285.

Varnhagen e Von Martius. Narrativas portuguesas insistiam em colocar a produção literária brasileira como uma extensão daquela lusitana. São os casos de “Costa e Silva, Lopes de Mendonça, Inocêncio da Silva, Latino Coelho, Luciano Cordeiro, Theophilo Braga, Camilo Castelo Branco e outros, que nos seus trabalhos sobre a literatura de sua pátria, são portadores de algumas notícias de nossa vida intelectual, tudo como um acessório do pensamento da antiga metrópole.”<sup>88</sup>

Ao contrário do que afirmara o historiador português Theophilo Braga, que havia escrito sobre a poesia popular brasileira, para Romero é a paulatina individualização do povo brasileiro em uma raça que não é portuguesa, nem indígena e muito menos negra, que estaria a dita *essência* da poesia popular brasileira. No povo estariam as condições para a escrita de um romance ou de um poema genuinamente brasileiro e que de tal forma inseriria o Brasil num tempo universal e único, mas que tinha espaço para várias histórias particulares. Esses três elementos amalgamados na figura do mestiço, associados ainda a um quarto que Romero chama de “ação mesológica”, garantiriam uma obra inteiramente nova e superior àquela portuguesa.<sup>89</sup>

\*

## 2.2 – O Outro como obstáculo à civilização: a nociva concorrência portuguesa

A já mencionada problemática do contexto intelectual brasileiro no século XIX de nascer em meio ao enfrentamento com a questão da mediação cultural deixava então o impasse de como constituir sua produção dita “própria” enquanto outros países com campos intelectuais mais definidos lhe faziam concorrência. Ao descontentamento com as condições de um público-leitor efetivo<sup>90</sup> se somavam as críticas à legislação do poder público sobre as tarifas alfandegárias para a distribuição de livros e papéis. Tal questão é relatada na *Revista Brasileira* em artigo assinado por F. Conceição:

A atual tarifa, classe *papéis e suas aplicações*, na subdivisão *Obras impressas*, designa a diminuta taxa de 100 rs, ao kilo, para os livros editados e impressos no estrangeiro, ao passo que o papel simplesmente liso, para escrever, no qual também se imprime muitas obras, é despachado por uma

<sup>88</sup>ROMERO, Sílvio. História da Literatura Brasileira. **Revista Brasileira**, Tomo VIII, pág. 230.

<sup>89</sup>ROMERO, Sílvio. A Poesia Popular Brasileira. **Revista Brasileira**, Tomo V, pág. 305/310.

<sup>90</sup>Costa Lima caracteriza o “sistema” intelectual brasileiro como deficitário no que tange a questão do público leitor legado a uma cultura da oralidade. Diz o autor: “A forma escrita da literatura fazia-se matriz de uma circulação permanentemente oral. José Veríssimo, sobre o romantismo no império, dizia que os poetas catequizavam-se entre si. Nem os governantes, nem o povo lia”. COSTA LIMA, Luiz. **Dispersa Demanda**, pág. 7



taxa superior, isto é, a 160 rs. (...) **A proteção, assim concedida aos autores e livreiros estrangeiros, tem concorrido, em grande escala, para o atraso do progresso moral e material do país, cujo desenvolvimento, como em todas as nações civilizadas,** deve ser aferido pelas suas obras escritas e monumentais.<sup>91</sup>

Medir o degrau da escada da civilização em que se encontraria o Império brasileiro passava pela valorização dos seus autores, dos intelectuais que eram o atestado do progresso do país. Novamente Conceição oferece um retrato interessante de como o escritor brasileiro era convidado a lidar com o problema da mediação e da presença do Outro no seu contexto:

**“Não merecerão os autores e impressos brasileiros que a lei se desvele por seus interesses futuros, que também são da pátria que eles enobrecem?** A questão é simples. Se eles têm de ser, perante o mundo, a pedra de toque da civilização do seu país, nada mais justo, conseqüentemente, **que os seus interesses sejam resguardados contra uma concorrência privilegiada, com que não podem lutar.** A corporação dos *homens de letras* no Brasil, se existe, não exerce uma profissão exclusiva, porque dela só resultaria a miséria para os indivíduos que a seguissem e para as suas famílias. (...) Embora seja desagradável dizê-lo, não podemos deixar de confessar que a nossa literatura não tem caráter nacional, **necessariamente porque não temos diante dos olhos senão modelos estrangeiros,** escritos em língua que não é a nossa (...). Por toda parte onde se ensina, nos colégios, nas academias, ou nas aulas públicas ou particulares, os compêndios são estrangeiros.”<sup>92</sup>

Havia, contudo, um impasse pontual na tentativa brasileira para adentrar a corrida civilizacional. Novamente aparece a crítica ao elemento português na criação de barreiras que atravancavam o progresso brasileiro. Mesmo se referir-se a Portugal nesse momento era encontrar o fantasma da decadência como matriz discursiva<sup>93</sup>, esses mesmos intelectuais portugueses mantinham, porém, uma fiel camada de leitores no Brasil. Parece ser esse o fato que intrigava os intelectuais brasileiros. As razões dessa preferência dos leitores são em grande parte ignoradas, mas para Romero havia pelo menos três razões: a nostalgia; o “espírito” de colonizado do brasileiro; a presença de imigrantes lusos. Fica patente que a literatura e os livros portugueses aos olhos de vários colaboradores da *Revista Brasileira*, em

---

<sup>91</sup> CONCEIÇÃO, F. Os livros e as tarifas das alfândegas. **Revista Brasileira**. Tomo I, 1879, pág. 607. Itálicos do autor e grifos nossos.

<sup>92</sup> CONCEIÇÃO, F. Os livros e as tarifas das alfândegas, pág. 608-609. Itálicos do autor e grifos nossos.

<sup>93</sup> Em estudo recente, Carlos Eduardo Armani localizou tal orientação a ver um presente derrotado e um futuro sem expectativas nos próprios escritores portugueses daquele contexto: “Eça de Queiroz, juntamente com Ramalho Ortigão, Oliveira Martins, Antero de Quental e outros, faziam parte da ‘geração de 70’ em Portugal, um conjunto de intelectuais que percebiam a decadência pela qual Portugal enquanto nação como destino imperial passava. A ideia de decadência, comum em toda a Europa, como ressaltamos anteriormente, era uma constante em Portugal. Pelo menos, desde a segunda metade do século XIX essa questão era colocada por autores portugueses.”<sup>93</sup> ARMANI, Carlos Eduardo. **Discursos da nação: historicidade e identidade nacional no Brasil de fins do século XIX**. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2010, pág.65.

especial para Sílvio Romero, colocavam entraves ao desenvolvimento da civilização, de um mercado editorial e de um público leitor apreciador dos escritos de brasileiros:

Ainda mais, Portugal só tem uma vantagem positiva sobre o Brasil e que dá grandes proventos aos seus escritores: o **contar neste país uma opulenta colônia, que, para fartar a nostalgia, é a principal consumidora de seus produtos**. A este império falta isto; o **pouco que produzimos não é lido, nem tem saída no mercado à minguagem de espírito literário e de coesão nacional**. Assim, minha conclusão é que **não há superioridade de Portugal** para o Brasil; ambos os países tem o privilégio de produzir epígonos; ambos vivem ajoujados à mediocridade que os distingue.<sup>94</sup>

A evidência dos limites da produção intelectual brasileira não estaria, dessa forma, inerentes somente a problemas internos como um público leitor diminuto ou mesmo os poucos espaços para divulgação, mas sobretudo, e aqui José Veríssimo, como Romero, destaca a o efeito nocivo dos livros portugueses para mercado editorial brasileiro. O autor pergunta se seria por falta de talento e inspiração que os autores brasileiros produzem pouco. A resposta, para ele, é que muitos desperdiçam “forças extraordinárias e fecundas no nosso jornalismo, literário e político, que é assaz numeroso. A causa, a causa única e verdadeira, é a concorrência que lhe fazem os escritores estrangeiros principalmente portugueses.”<sup>95</sup>

O mercado internacional de obras era então alvo de questionamentos tanto de brasileiros como de portugueses. Os últimos acusavam os brasileiros de usurpações na propriedade literária clamando por uma legislação que gerisse tais casos e, para tanto, foi levado adiante entre 20 e 25 de Setembro de 1880 uma convenção literária internacional na cidade de Lisboa. Um dos representantes da delegação brasileira, José Veríssimo, oferece um contraponto assegurando serem os escritores brasileiros equiparáveis àqueles das literaturas mais ricas, mas que tinham uma produção pequena devido a concorrência dos escritores portugueses.

Ao contrário do que acusavam os portugueses, isto é, de que suas obras eram pirateadas para o Brasil e que, de tal modo, eles eram as únicas vítimas da ausência de uma convenção literária sobre a propriedade, Veríssimo argumenta que o Brasil era o prejudicado. Sua tradição de ser um país importador de obras, sejam elas pirateadas ou legais, impossibilitava a proliferação de uma produção nacional brasileira sufocada pela presença de obras vindas do Velho Mundo, especialmente portuguesas. Portanto, mais que uma *realidade*

---

<sup>94</sup>ROMERO, Sílvio. A literatura brasileira: suas relações com a portuguesa; o neo realismo. **Revista Brasileira**. Tomo II, 1879, pág. 285-287.

<sup>95</sup>PINTO COELHO, José Maria Vaz. Da Propriedade Literária no Brasil. **Revista Brasileira**. Tomo VIII, 1881, pág. 492. (Grifos nossos)

concreta pretendemos enfatizar uma *percepção* dominante entre os colaboradores da *Revista Brasileira*: a presença de livros e o gosto por autores portugueses foram considerados como um entrave ao desenvolvimento do mercado editorial brasileiro e, por conseguinte, dessa civilização. Configurava-se, assim, uma relação ao mesmo tempo tensa e estreita entre a intelectualidade brasileira e portuguesa nesse momento.

\*

### 2.3 – As polêmicas intelectuais

Um dos principais estudos sobre a história intelectual brasileira no século XIX é aquele de Roberto Ventura relativo à chamada “Geração de 1870”, composta pelos principais colaboradores da *Revista Brasileira*. Ali Ventura identifica que uma das formas mais recorrentes de atuação era através das polêmicas e debates acalorados entre escritores que guardavam entre si mais diferenças pessoais do que propriamente teóricas. Ventura acredita que essa geração aproveitara-se de uma clima político favorável para tecer críticas ao Império e suas instituições hierárquicas, de modo que “crítica e polêmica se aliam no combate do bacharel ao letrado, marcados pela ruptura com o poder político, contra o domínio oligárquico e as estruturas arcaicas do país”.<sup>96</sup> Não surpreende então que Portugal, ex metrópole, seja elevado a símbolo do “atraso” brasileiro por boa parte dessa geração de intelectuais.

As polêmicas dessa forma não faltaram, principalmente do lado brasileiro, e alguns autores portugueses foram eleitos para sofrer com suas severas penas. Carlos de Laet em comentário ao “Cancioneiro Alegre” de Camilo Castelo Branco rebateu as críticas feitas pelo escritor lusitano à produção brasileira: “seja porém como for, o certo é que o Sr. Castello Branco **nutre, como boa parte dos seus compatriotas, grande cópia de preconceitos relativos à literatura e modo de viver brasileiros.**”<sup>97</sup> A resignação com tal tratamento dado aos autores brasileiros por parte dos portugueses só aumentava quando estes se colocavam a fazer uma balanço da produção intelectual no Brasil e nada viam em Portugal como digno de causar inveja, muito pelo contrário, a única civilização comparável ao Brasil na sua “desgraça”, como afirma Romero, novamente é a portuguesa: “o povo brasileiro vai mal,

---

<sup>96</sup> VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. pág.72.

<sup>97</sup> DE LAET, Carlos. Crônica Literária. **Revista Brasileira**. Tomo I, 1879, pág. 216-217. (Grifos nossos)

muito mal, e entre as nações cristãs só um similar encontra na desgraça: - o desventurado e mesquinho Portugal”<sup>98</sup>.

Novamente Camilo Castelo Branco é alvo de um escritor brasileiro: Baptista Caetano. Ao ler a obra “História e Sentimentalismo” do literato português, Baptista Caetano indica que este teria cometido um grande equívoco ao analisar um soneto de Sá de Miranda e propor mudanças que alterariam o sentido do escrito do humanista português. O objetivo de Caetano com esse questionamento, afirma o autor, não era “dar um quinau” em Castelo Branco, mesmo este tendo munido-se de “fêrula para punir os vícios gramaticais (e outros) de *colonos internados*.”<sup>99</sup> Seu intento ao criticar o português era unicamente “mostrar aos meus compatriotas que não só nós, mas também os *outros erram*, e que não devemos dar cavaco com as iras do Sr. Castelo Branco, tanto mais quanto há muitos outros parentes d'além-linha que nos não são assim tão desafetos.”<sup>100</sup> As polêmicas envolvendo autores brasileiros e Camilo Castelo Branco podem ser sintomáticas de uma barreira colocada pelo português aos intelectuais e ex colonos que não alcançavam legitimidade para suas reflexões, tal como diz Baptista Caetano: “Para o Sr. Castelo Branco os brasileiros são uns *matutos*, e *matuto* ele considera sinônimo de *trouxa*, de *trampolineiro* e de *pulha!!!*”<sup>101</sup>.

Nas mais variadas discussões, os autores portugueses são trazidos ao centro das argumentações dos brasileiros para serem citados e criticados. É o caso de Pacheco Junior que rebate a tese do português Theophilo Braga, sem citar a obra, de que a influência romana na península Ibérica foi pequena pelo Império Romano apenas dominar militarmente e não povoar. Pacheco complexifica a presença romana no território apontando formas de entrelaçamento do contingente romano com os nativos, discutindo questões econômicas,

---

<sup>98</sup>ROMERO, Sílvia. A literatura brasileira: suas relações com a portuguesa; o neo realismo. **Revista Brasileira**. Tomo II, 1879, pág. 274 (Grifos nossos). Sobre o conceito de “povo” mobilizado aqui por Sílvia Romero, ele advém de um uso que ganhou forma no Brasil a partir de 1822, quando evidencia-se politização do conceito, de modo que ele passa a representar uma identidade coletiva política, cultural ou social – o brasileiro. Ver PEREIRA, Luisa Rauter. Povo/Povos. In: FERES JUNIOR, João (org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. Esse mesmo povo é eleito por Sílvia Romero como o objeto de uma narrativa dita “científica” da história nacional. O povo brasileiro, cujo produto final é o mestiço – onde as características do português, do negro e do índio ficaram marcados – ganha o status de uma entidade assim como é o português, o francês ou o americano. Passa ele a ter suas singularidades e a se inserir numa cena maior, a da civilização. Trata-se do complexo moderno da diferenciação e do pertencimento. Ver TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro**: Sílvia Romero e a experiência historiográfica oitocentista. Porto Alegre, UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2005.

<sup>99</sup>CAETANO, Baptista. Um Soneto de Sá de Miranda. **Revista Brasileira**, Tomo VII, pág.274. Grifos do autor.

<sup>100</sup>CAETANO, Baptista. Um Soneto de Sá de Miranda, pág. 274. Grifos do autor.

<sup>101</sup>CAETANO, Baptista. Um Soneto de Sá de Miranda, pág. 275. Grifos do autor.

políticas e principalmente linguísticas. Não diferente faz, novamente, Sílvio Romero em seu já mencionado estudo sobre a “Poesia Popular Brasileira”.

Procura justificar sua tese valendo-se de uma crítica a dois autores portugueses, Theophilo Braga e Almeida Garrett, que negavam ao “povo”, conceito central à obra romeriana para entender a formação histórica brasileira, a possibilidade de produzir sua própria poesia. Esses autores portugueses mostravam aliás grande despreço pelas narrativas populares. A constituição desse “povo” se deu sobretudo pelo amálgama das três raças, o português, o negro e o índio e não desses elementos separadamente que, desse modo, seriam apenas estrangeiros. Os autores portugueses compõem, como fica evidente, lugar especial no repertório de leituras dos brasileiros. Contudo, parece que os brasileiros enquanto se apropriam como fonte de autoridade de ingleses, alemães e principalmente franceses (como argumentaremos mais adiante na seção 4), os portugueses não são investidos de tanta respeitabilidade e se colocam em debates horizontais com os brasileiros.

\*

## **2.4 – A procura pelo debate e uma nova polêmica: a questão linguística**

Encontrar a chave do ingresso da particularidade brasileira no “teatro do mundo” encontrava ainda mais um desafio, e agora aquele que o legava de forma ainda mais direta a Portugal: a língua. Não bastasse os limites colocados pelos portugueses aos intelectuais brasileiros e suas obras, estes pareciam, ao menos sob a ótica de Pacheco Junior, se negarem a incluir os brasileiros em um debate sobre a reforma ortográfica da língua portuguesa. Negando esse espaço de diálogo transatlântico aos brasileiros, Portugal negava mais uma vez a possibilidade deles discutirem aquilo que era tido como um dos fatores mais importantes na definição de um povo e de uma civilização, o grau de propriedade da sua língua. O próprio Pacheco Junior defendia a existência de um dialeto brasileiro específico no interior da própria língua portuguesa.<sup>102</sup>

Naquele momento, fins da década de 70, era levado adiante na Academia Real de Ciências de Lisboa uma proposta de reforma ortográfica elaborada por J. Barbosa Leão sob o título “Coleção de estudos e documentos a favor da reforma da ortografia em sentido sônico”. Ao contrário de Barbosa Leão, Pacheco Junior mostra-se favorável à continuidade da ortografia na sua propriedade etimológica, assinalando que vários vocábulos de sentido sônico

---

<sup>102</sup>JUNIOR, Pacheco. O dialeto Brasileiro. **Revista Brasileira**, Tomo V, pág. 487.

idênticos guardam peculiaridades que seriam obscurecidas pela reforma. Assim, afirma que “O Sr. Barbosa Leão parece desconhecer as leis que presidiram a formação da língua portuguesa.” Ainda sobre o estudo de Barbosa Leão (...) “manda a verdade que confessemos que nele encontramos algumas contradições e desprezo total pela gramática *histórica* de nossa língua”<sup>103</sup>

Entretanto, o grande descontentamento de Pacheco Junior com o escrito de Barbosa Leão evidencia-se quando o português faz menção à “publicação do novo dicionário da Academia Real de Ciências de Lisboa”. Acrescenta Pacheco: “Não duvidamos da competência das pessoas a quem se acha acometida tão árdua tarefa, e ninguém mais do que nós respeita o talento e saber do Sr. Latino Coelho, **mas sentimos que para esse trabalho não fossem também convidados brasileiros que, certo, seriam preciosos auxiliares nessa empresa.**”<sup>104</sup> Não se sabe se é com certo tom irônico, mas continua Pacheco Junior a respeito da reforma ortográfica levada adiante pelos estudiosos portugueses e dos seus impactos no novo dicionário: “Se essa corporação de sábios quisesse ouvir-nos, nós lhe diríamos: - Conservai a etimologia, fazei novos estudos comparativos.”

É certo, também, que no segundo volume, aparece um artigo assinado por H. de Beaurepaire Rohan em defesa da reforma em sentido sônico, tal como postula Barbosa Leão. Este fato só acentua o caráter múltiplo do espaço reflexivo oferecido pela Revista Brasileira e que torna claro a importância para os autores brasileiros de participarem diretamente do debate então corrente no mundo de língua portuguesa.

Na edição correspondente aos meses de janeiro a março de 1880, a *Revista* traz uma carta-resposta escrita por Barbosa Leão em relação ao debate que nas suas páginas se desenvolveu a respeito da reforma ortográfica por ele proposta. Já escrevendo com as normas da proposta reformista, Barbosa Leão inicia retomando a análise de Beaurepaire Rohan onde faz esclarecimentos sobre nova grafia de palavras questionados pela autor brasileiro para, em seguida, convidar Rohan a ser o defensor dessa reforma no Brasil “pois que este, como país novo e despovoado, que deve querer atrair a imigração de toda parte, interessa muito em tornar bem fácil aos estrangeiros aprender sua língua, visto que isso lhes seria incentivo para o preferirem; e essa grande facilidade é incontestável com a ortográfica sônica.”<sup>105</sup> Ao se referir, porém, a quem ele chama de “Pacheco Junior”, Barbosa Leão limita-se a dizer que não

---

<sup>103</sup>JUNIOR, Pacheco. Reforma da orthographia Portuguesa. Revista Brasileira. Tomo I, pág. 499. Itálico do autor.

<sup>104</sup>JUNIOR, Pacheco. Reforma da orthographia Portuguesa. pág. 500. Grifos nossos.

<sup>105</sup>LEÃO, José Barbosa. Reforma da Orthografia Portuguesa. **Revista Brasileira**, Tomo III, pág. 344.

é o elemento clássico das línguas que impede uma reforma no sentido sônico e que, de tal forma, “Paxeco se arrogou um pouco arrojadamente o direito de me passar diploma de ignorante, como passou.”<sup>106</sup>

A proporção internacional tomada pelo debate faz o próprio editor e colaboradores da *Revista Brasileira* reforçarem a disponibilidade do periódico para as polêmicas intelectuais. Ao final dessa edição de Janeiro a Março de 1880, Balduino Coelho, Candido Rosa, Franklin Távora, Moreira Sampaio e Nicolau Midosi assinam uma nota explicativa referente às queixas de Pacheco Junior de que a *Revista* “tem horror às polêmicas literárias”. A nota de Midosi e colaboradores explica que para a acusação do escritor brasileiro bastava apenas rever as anteriores polêmicas travadas no periódico como aquela entre Machado de Assis e Sílvio Romero sobre a “nova geração” que surgia no Brasil nos anos 70 e aquele de Batista Caetano e Macedo Soares a respeito da etimologia da palavra emboaba.

Como pode ser analisado, os embates com a intelectualidade portuguesa nessa segunda fase da *Revista Brasileira* representam a intensidade das trocas intelectuais transatlânticas nesse momento. A relação com Portugal, porém, em certa medida, é distinta em relação àquela com outras nações do Velho continente. Parecem ser constituídas de um revanchismo e até de disputa por um objeto não tão claro, mas que possui consequências diretas na forma como os autores brasileiros se apropriam daqueles lusitanos. Toda a antipatia demonstrada parece ser sintomática de um Portugal que não está em uma condição melhor que o Brasil na disputa pela corrida civilizacional, mas por um Portugal que está lado a lado e ambos postulam um espaço que parece reservado a apenas um deles. A procura por um público consumidor de livros, a procura pela polêmica e pela participação nos debates correntes do mundo de língua portuguesa, além desqualificação do legado português através das filosofias da história, compõem um quadro que nos termos girardianos dificilmente resultaria em algo diferente do conflito.

\*

### **3 – “Daquela lei biológica que obriga as plantas a inclinarem-se para o lado donde lhes vem a luz”: as apropriações francesas como um caso de mediação externa?**

Gama Rosa no ensaio “A Educação Intelectual”, seguindo as diretrizes da *Revista*, preocupa-se também em oferecer um conjunto de ensinamentos ao jovem intelectual

---

<sup>106</sup>LEÃO, José Barbosa. Reforma da Ortografia Portuguesa. pág. 345

brasileiro para receber uma formação adequada que passaria desde a amenização da influência do *meio*, pelas leituras de obras literárias e científicas e pela rigidez nos estudos. Uma lente de análise para o quão progredida estava essa nação e qual caminho o jovem intelectual brasileiro deveria seguir era então o espelho francês. Gama Rosa toma o caso de Portugal onde seus autores reconheceram a superioridade francesa: “Os mais distintos e contemporâneos escritores portugueses compreendem perfeitamente essa necessidade, e são, em ideias e estilo, completamente parisienses, ‘em virtude, diz Ramalho Ortigão, daquela lei biológica que obriga as plantas a inclinarem-se para o lado donde lhes vem a luz.’”

Falar da francofilia de intelectuais brasileiros no século XIX é certamente tocar em um lugar-comum. Diferentemente das polêmicas e do debate horizontal com os portugueses, os autores franceses dificilmente eram alvos de pesadas críticas que colocassem seus modelos explicativos em xeque. O processo de produção de obras, periódicos ou mesmo de instituições, como destaca Manoel Salgado Guimarães em relação ao IHGB, raras vezes não levava em conta a autoridade fornecida pela apropriação francesa. São para Guimarães “relações que ganham sentido se remetidas ao quadro mais amplo em que a França e o seu papel ‘civilizador’ fornecem os modelos da vida social e do trabalho intelectual.”<sup>107</sup>

Para impulsionar o objetivo do progresso e da civilização as ciências são então escolhidas como peça fundamental, já que segundo a pesquisadora Moema Vergara no fim do século XIX há uma verdadeira onda cientificista no Império. Para Vergara “Os cientificistas não apenas valorizavam a ciência pela ciência, mas advogavam a impossibilidade de qualquer solução ‘não-científica’ para os problemas humanos, pois só a ciência revelaria o ‘ser’ das coisas.”<sup>108</sup>

É em busca desse objetivo que a *Revista Brasileira* cederá espaço ao pesquisador francês pesquisador Louis Couty para que apresente uma coluna científica no periódico em que trace os caminhos que os jovens cientistas brasileiros deveriam seguir. No artigo “Estudos Experimentais no Brasil”, sua leitura do cenário científico brasileiro, carregada de um tom pedagógico, é apenas parcialmente positiva. Segundo ele:

“O Brasil possui homens instruídos, eruditos; conta literatos, oradores, que podem ombrear aos de todas as nações. Terá ele, porém, desses vultos que

---

<sup>107</sup>GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos? O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 1, 1988. pág. 13.

<sup>108</sup>VERGARA, Moema. *A Revista Brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003. pág.42.



dão impulso à ciência e alargam a esfera dos conhecimentos gerais? O Brasil possui importantes escolas, cujos professores e programas já elogiei; essas escolas porém são meramente pedagógicas ou de aplicação; não dispõem dos laboratórios ou centros de experiência”.<sup>109</sup>

Sintomática a escolha de um francês para inaugurar essa seção científica da segunda fase da *Revista Brasileira*, assim como reportamos no estudo sobre a primeira fase do periódico, a França aparece no século XIX como principal modelo comparativo de progresso para as nações sul-americanas. Na continuação de sua avaliação sobre a centralidade dos estudos científicos, Couty, como um verdadeiro mediador, descreve aos brasileiros qual sua situação e porque deve buscar superá-la:

“Entretanto não se pode negar que o Brasil deve ainda trabalhar muito para atingir a tal respeito o grau de desenvolvimento intelectual que apresenta a tantos outros: e este país que, por muitos títulos, se pode comparar aos mais adiantados da Europa, não deve conservar-se inferior a eles exatamente nos estudos, cuja importância tende a cada vez mais tornar-se predominante. Em toda parte as ciências de indução e livre exame aspiram, por meio de observações pacientes e minuciosas, a ocupar um lugar ainda mais vasto.”<sup>110</sup>

Interessante como o periódico consegue aglutinar representações sobre o país, sejam elas elaboradas pelo próprio escritor nacional ou pelo *Outro* como viajantes, cientistas, letrados, etc. A partir dessa leitura externa são delineados projetos para o Império e para a Nação, projetos que passam por essa mediação e que criam verdadeiros objetos de desejo para os intelectuais engajados com a construção nacional. Visões que atravessaram esse século XIX e também o XX a respeito do Brasil e que foram sintetizadas seja por estrangeiros como Ferdinand Denis e Von Martius ou mesmo por brasileiros de nascimento como Varnhagen e Sílvio Romero. Estas podem ser também encontradas no texto de Couty na tentativa de justificar as condições favoráveis ao progresso científico no país, como a natureza, o clima, a multiplicidade étnica, etc:

“O clima do Brasil é admirável; seu solo excessivamente rico presta-se a lavouras muito produtivas, o que por si só já constitui excelentes condições de progresso. Mas, se o Brasil é já tão rico para o agricultor, para o comerciante, o é ainda mais para o homem de ciência e o investigador.” (...) “Que mais direta e imediata vantagem não haveria ainda da determinação pelo geólogo e pelo químico da natureza exata das terras aráveis do Brasil, de sua riqueza em produtos assimiláveis, ou de matérias fixas que se transformarão mais tarde.” (...) “tanto hão ocorrido para os grandes professores da antropologia, quanto interesse não haveria em estudar, por exemplo, não só os caracteres étnicos, craneológicos e outros das diferentes raças que do Brasil, mas principalmente o cruzamento dessas raças, sua

---

<sup>109</sup>COUTY, Louis. Os Estudos Experimentais no Brasil. **Revista Brasileira**. Tomo II, 1879, pág. 217

<sup>110</sup>COUTY, Louis. Os Estudos Experimentais no Brasil, pág. 218.

influência sobre o desenvolvimento orgânico ou intelectual, sobre a fecundidade do mestiço, etc?!”<sup>111</sup>

Por fim, para tornar o pensamento científico algo corrente no Brasil, o cientista francês sugere que o país se apoie na imprensa e em livros franceses de vulgarização, tais como o “La Nature”, “Journal des Voyages”, “Revue des Deux Mondes” e obras como as Luis Figuiet e Julio Verne.<sup>112</sup> De modo que Couty vem a reiterar a necessidade de nações com grandes ambições investirem não apenas em grandes administradores, letrados, mas, principalmente, em investigadores. Seria esse o caminho para se libertar da importação de trabalhos vizinhos e alçar voos próprios. Couty define aqui um verdadeiro objeto de desejo para intelectuais, políticos, cientistas e escritores brasileiros – inserir a nação em uma corrida pelo progresso científico, por uma produção intelectual autônoma e sem dependências externas.

O acesso à *civilização* estava então prefigurado pelo reconhecimento por parte das ditas “nações cultas” das características performativas da nação brasileira. Para tanto, era necessário um trabalho do corpo diplomático no cenário internacional capaz de apresentar detalhes do povo e das etnias, das condições do *meio*, do sistema político e do modelo de desenvolvimento adotado. É essa a principal queixa de um outro colaborador da *Revista*, A. J. de Macedo Soares: a ausência de trabalhos que apresentem o Império do Brasil no exterior *tal qual ele é*. O país só era conhecido por intermédio do olhar do Outro, que muitas vezes, segundo Macedo Soares, não deixava mais que uma imagem caricatural.

É esse o caso do livro “Les Trente Dernières Années (1848-1878)”, publicado na França pelo historiador italiano Cesar Cantu. Macedo Soares aponta inexatidões na descrição de Cantu que seriam fruto de um completo desconhecimento do Império sul-americano. E logo na França, nação-chave para o passaporte brasileiro rumo a *civilização*, era publicado uma obra que apenas intensificava “a absoluta ausência de informações que lá se patenteia acerca das condições geográficas, sociais, econômicas e intelectuais do Brasil.”<sup>113</sup>

Entre as imprecisões relatadas por Cantu, são algumas delas: a confusão do Brasil com a independência Argentina de 1810 e que na obra aparece como uma só revolução contra a “mãe-pátria” da América meridional; a descrição dos principais rios brasileiros, dentre eles o Paraná, o São Francisco, o Amazonas e o Rio de Janeiro que, acrescenta o historiador, “tem margens encantadoras”; o equívoco ao anunciar o IHGB, do qual Cantu era sócio-

---

<sup>111</sup>COUTY, Louis. Os Estudos Experimentais no Brasil, pág. 219, 220, 221.

<sup>112</sup>COUTY, Louis. Os Estudos Experimentais no Brasil, pág. 236.

<sup>113</sup>SOARES, Macedo. O Brasil no último livro de Cesar Cantu. **Revista Brasileira**, Tomo VII, pág. 129.

correspondente, apenas como “Instituto de História Etnográfica”; o aumento do número de escravos existentes no Brasil que seriam 1,5 milhões e não 3,5 como dito na obra.<sup>114</sup> O desafio fundamental para estes intelectuais da *Revista Brasileira* parecia ser de que modo legitimar a presença brasileira num cenário cosmopolita internacional. Nesse sentido, a França (menos como concorrente direto do Brasil como o caso português) aparecia como modelo já constituído e mantendo uma relação suficientemente distante (de uma dita superioridade), dificultando assim o conflito direto por um lugar na civilização.

\*

#### 4 – Considerações finais

Os embates entre autores brasileiros e portugueses ganhavam, como já dito, uma recorrência significativa nessa segunda metade do século XIX. O historiador Roberto Ventura destaca uma contenda entre intelectuais dos dois países em que mais uma vez a polêmica ganha o lugar do debate de ideias e problemas e que vale aqui ser mencionado. Nessa polêmica, assim como nas páginas da *Revista Brasileira*, Sílvio Romero elege Theophilo Braga como seu principal alvo por supostamente ter se apropriado das obras *Os cantos e contos populares do Brasil* (1883, 1885) de Romero sem seu consentimento e entravam assim na problemática questão das autorias já destacada anteriormente nesse texto. Utilizando-se de pesados adjetivos para se referir a Theophilo Braga, Sílvio Romero fora de um lado contraposto pelo obscuro autor português Fran Paxeco que atribuía a Theophilo Braga a prioridade na adoção da crítica naturalista e, de outro, defendido pelo brasileiro Augusto Franco. A questão, destaca Ventura, é que:

“o debate se tornou uma briga entre ‘nações’, em que os defensores do Brasil, Franco e Romero, se opunham aos representantes de Portugal, Paxeco e Braga. Os interlocutores assumiram posições simetricamente opostas, em **que cada um dos lados se preocupou em defender a prioridade do grupo naturalista de seu próprio país, ao invés de serem discutidos os pontos de contato entre os críticos de Coimbra e os de Recife, marcados pelo caráter internacional das ‘gerações de 1870’, surgidas na França, Espanha, Portugal e Brasil.**”<sup>115</sup>

Como em um autêntico caso de mediação interna, o objeto é esquecido em meio ao embate com o mediador, trazendo à tona todo o caráter mimético do desejo e seu poder de transfiguração do objeto. Ventura reitera que “ao invés do debate de ideias, os debatedores

---

<sup>114</sup>SOARES, Macedo. O Brasil no último livro de Cesar Cantu, pág. 130.

<sup>115</sup>VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**, pág. 85.

assumiam uma orientação autoritária, marcada pela preocupação em contradizer as colocações dos oponentes, caindo em uma série infundável de monólogos, em que cada um dos participantes se esforçava em reafirmar suas próprias crenças.”<sup>116</sup>

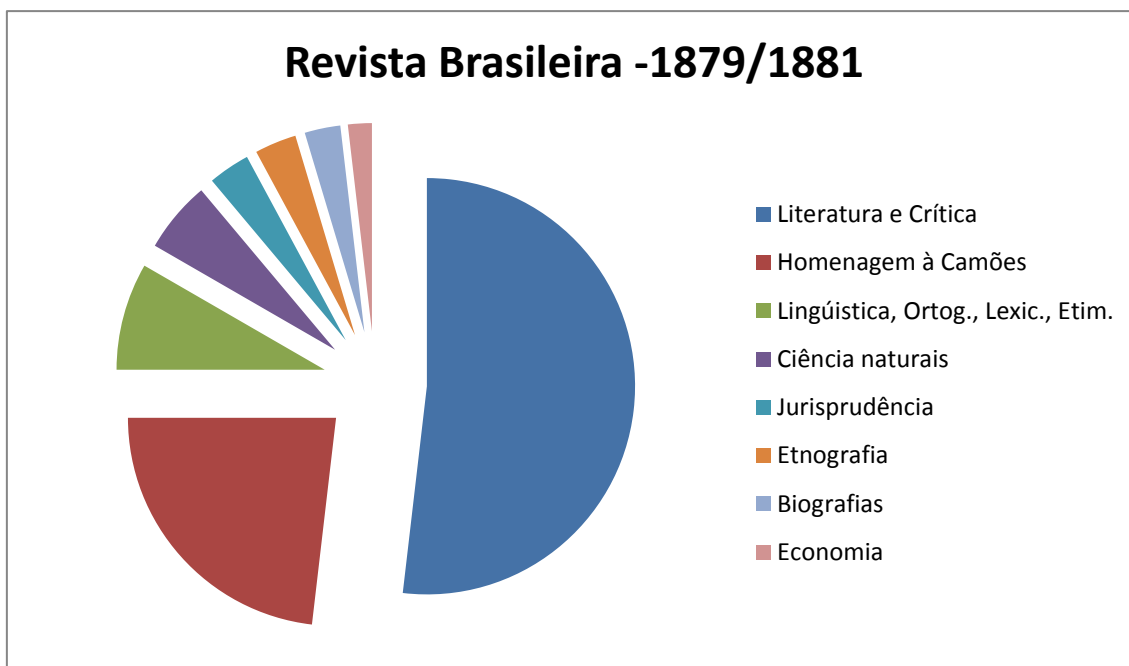
A escolha da teoria mimética de René Girard para estabelecer uma possível leitura sobre a *tópica* das apropriações e intercâmbios na história intelectual brasileira oitocentista, segue então a sugestão do estudioso da obra de Girard no Brasil, João Cezar de Castro Rocha, sobre a proficuidade da análise de uma cultura intelectual que nasceu e se formou enfrentando o problema da mediação. Seria ela então um *locus privilegiado* para a evidenciação da chamada “verdade romanesca”, na qual há o reconhecimento da intrínseca presença do mediador no ato do desejo.

Enquanto, segundo Girard, o romantismo se esforçou em elevar o problema da originalidade ao ponto alto das reflexões, destronando a imitação e tentando esconder seu interesse pelo Outro, a “verdade romanesca” se dedica a esclarecer que o problema da originalidade no século XIX e de valores humanos que dão ao indivíduo a encarnação da subjetividade serena e de um eu-divino, é uma ilusão de autonomia que o homem moderno estaria particularmente apegado. O estudo da problemática dos intercâmbios intelectuais que perfazem a segunda fase da *Revista Brasileira*, órgão de significativa efervescência intelectual no oitocentos brasileiro, leva-nos a sublinhar, na esteira da sugestão de Castro Rocha, que o caso brasileiro não é de originalidade, mas de complexidade. Fundamentalmente, onde “eu” é “outro”.

---

<sup>116</sup>VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**, pág. 87.

## Anexos



\*

## Conclusão?

### **O desafio linguístico para a história intelectual: reconsiderando o problema das apropriações**

Hoje tornou-se um lugar-comum iniciar cursos sobre história intelectual, história política, história das “ideias” e afins no Brasil criticando duas famosas teses que se desenrolaram na década de 70. Roberto Schwarz e Maria Sylvia de Carvalho Franco discutiam sobre o estatuto do liberalismo e das ideias liberais no Brasil e, mesmo que com conclusões distintas, fizeram um percurso metodológico muito similar que os coloca juntos hoje nas críticas que sofrem. Schwarz, em crítica a toda uma geração que ele chama de “românticos” – que teria perdurado na tradição literária brasileira do século XIX até as décadas de 50 e 60 do século XX –, argumenta que uma narrativa orgânica da progressiva emancipação intelectual brasileira, tal como faz a dita tradição criticada, não passaria de uma ilusão.

A forma assumida pelo liberalismo no Brasil seria então um exemplo disso. Onde prosperou um “modo de produção” escravista, onde a iniciativa privada é limitada por uma tradição intervencionista do Estado, onde a sociedade se estrutura por redes de dependência e

*status quo*, um desenrolar tido como “ideal” do liberalismo não seria possível.<sup>117</sup> O caso do liberalismo era o exemplo clássico da inadequação de categorias “exteriores” para lidar com a realidade brasileira. Para Maria Sylvia Carvalho Franco a incompatibilidade entre “centro” e “periferia”, como afirma Schwarz, não teria sentido pois fariam parte de um mesmo “modo de produção” que favorece o desenvolvimento do capital e do lucro, não estando as ideias liberais, assim, fora do lugar no contexto brasileiro. Seria apenas um desdobramento de um sistema econômico com a mesma lógica de atuação, seja onde estiver.<sup>118</sup> Nota-se que os dois argumentos, essencialmente materialistas, deixavam um restrito, se não inexistente, espaço para um pensar a respeito da histórias das ideias no Brasil e sua lógica própria nesse contexto. Nessa seção de encerramento à monografia, não nos interessa aqui fazer um levantamento geral do que foi dito até aqui e propor algo conclusivo, mas sim continuar o debate com um argumento que, até o momento, parece ter sido a melhor resposta ao dilema da história intelectual no Brasil ou, no caso do texto que será analisado, na América latina.

Segundo o historiador argentino Elias Palti, o limite do conceito de “ideias fora do lugar” mobilizado por Schwarz estaria em um uso “de uma teoria linguística demasiadamente cru (inerente à história das ‘ideias’) que reduz a linguagem a uma função meramente referencial.”<sup>119</sup> Uma visão mais generosa e honesta com a complexidade inerente aos intercâmbios culturais e à história intelectual latinoamericana, estaria assim para Palti no levar em consideração os pressupostos linguísticos da discussão. A tradicional “história das ideias” toma os discursos meramente por seu conteúdo ideológico e a linguagem apenas como meio de transmissão de tais ideias. É esse modelo explicativo, com ênfase apenas na dimensão referencial da linguagem, que possibilita o esquema de “modelo” europeu e “desvio” latinoamericano caro a essa corrente. Uma das saídas por vezes encontradas pelos pesquisadores, menciona Palti, é buscar a “particularidade” da história das ideias latinoamericanas, mas pecam porém pelo princípio, uma vez que mantém-se postulados hierárquicos e entidades vagas e estáticas chamadas Europa e América Latina.

Estaria em jogo para o historiador argentino então problemas de natureza epistemológica até aqui desconsiderados pela historiografia das ideias, quando esta toma instâncias como “ideias” e “realidade”, “texto e “contexto”, como categorias impenetráveis e mecânicas. Analisar a dimensão pragmática do texto histórico, reconfigurando seu objeto de

---

<sup>117</sup>SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. **Estudos Cebrap**, nº 3, 1973.

<sup>118</sup>CARVALHO FRANCO, Maria S. de. As idéias estão no lugar. **Cadernos de Debate**, nº 1, 1976.

<sup>119</sup>PALTI, Elias. **El tiempo de la política**. El Siglo XIX reconsiderado. 1ªed. Buenos Aires: Siglo XIX editores Argentina, 2007. Tradução nossa.

estudo das “ideias” para o “texto”, possibilita ao historiador então uma abordagem epistemologicamente mais justa. É isso o que nos mostra a análise de um *enunciado*. A composição deste vai além do nível do “significado”, sendo composto também por uma dimensão linguística e retórica, e que aliados resultam em um “sentido” em uma situação X.

Ou seja, o que importa em um *enunciado* não é apenas “o que se disse” (conteúdo semântico das ideias), mas também “quem disse”, “como se disse”, “onde”, “a quem”, “em que circunstâncias”, etc. Isso tudo, sentencia Palti, é o que possibilita a compreensão do “sentido” de um *enunciado*. Para um enunciado estar então “fora de lugar” indica que alguém disse algo de modo incorreto, ou que foi dito pela pessoa errada, em momento inapropriado, etc, mas não ser “falso” ou “verdadeiro”. Um *enunciado* é sempre real, na medida em que transcende a distinção entre “ideias” e “realidade”.

Em resumo, a menção ao argumento de Palti é reforçado nessa seção conclusiva da monografia para ressaltar a proficuidade, e as novas possibilidades de estudos, da historia intelectual praticada no Brasil a partir da saída de uma tradicional e limitada “historia das ideias” para uma “história da linguagem”. Palti ressalta que a semiótica é quem tratou de analisar sistematicamente os processos de intercambio simbólico e ofereceu boas respostas a anteriores formulações. Para esta, nos processos de transmissões, nenhum código existe isolado, ele pressupõe a presença de outros códigos e um operador de tradução<sup>120</sup>, de maneira que uma “ideia” correspondente a um código que lhe é estranho não pode ser introduzida sem um processo de assimilação e uma “legibilidade” que ali a mantenha. Isso nos convida a pensar as condições de enunciação e também de apropriação de postulados, uma vez que nas palavras de Palti: “para tornar assimilável um elemento externo, os sistemas devem adequar sua estrutura interna a este, reacomodar seus componentes, desestabilizando assim de modo constante sua configuração presente.”<sup>121</sup> Esta seria então a estrutura do processo apropriativo e as condições linguísticas para sua realização.

Um caso particularmente ilustrativo de tais considerações é o de Aprígio Guimarães, em texto publicado no tomo referente ao último trimestre de 1879 na *Revista Brasileira*. Com a finalidade de pensar o espaço das ideias liberais no contexto brasileiro, por via dos estudos de Economia Política, Guimarães apresenta os fundamentos dessa ciência e de que maneira o Brasil pode incorporá-la nos quadros de estudos das instituições de ensino imperiais, além de

---

<sup>120</sup>PALTI, Elias. **El tiempo de la política**, pág.297.

<sup>121</sup>PALTI, Elias. **El tiempo de la política**, pág.299.

seus benefícios em uma nova lógica de gestão social, isto é, a cooperação espontânea dos indivíduos frente o que ele chama de “problema da governolatria”. Guimarães toma como seu interlocutor o inglês Herbert Spencer nas críticas ao Estado interventor e que limita a ação privada. Sua grande queixa é que a história se encontrava muito atenta para gestos políticos e pouco olhava para fenômenos da organização industrial ou de outra natureza que não envolvessem a figura de um rei. A perspectiva de Spencer que conteria várias “aplicações cabíveis ao mestre e ao ensino brasileiro”, é para Guimarães também motivo de preocupação no que se refere à maneira como o autor brasileiro se apropria do inglês. Guimarães procura justificar que mesmo onde não assinala o ato da apropriação, ele não se utiliza da transcrição textual a seu bel-prazer:

“Em alguns dos números seguintes ainda recorrerei às obras de Spencer. Não tenho escrupulizado em modificar proposições e conceitos dos autores a que me tenho socorrido; para acomodá-los ao meu modo de ver; e assim se estenda até o fim, sempre que não for assinalada uma transcrição textual. Parece-me do gênero do meu escrito: *apontar*, confrontar, assimilar, e afinal oferecer as conclusões de quem escreve, mais ou menos desenvolvidas, porém sempre acentuadas.”<sup>122</sup>

Sempre acentuar é reorganizar de acordo com seus objetivos de inteligibilidade, é considerar um conjunto de instâncias que vão além da preocupação apenas com o significado, instâncias que retiram a linguagem da sua função meramente referencial e dão a ela a possibilidade de revelar um contexto de enunciação próprio e com problemas específicos.

Mais adiante, Guimarães caminha na justificativa da Economia Política enquanto uma área científica, de alto teor filosófico e não apenas fruto de puro empirismo, sempre em diálogo com Spencer. Contudo, as apropriações de Spencer em nenhum momento do texto tiveram assinaladas de qual obra do escritor inglês foram retiradas, além também de Guimarães adotar a estratégia de não demarcar o momento que cita diretamente Spencer, ficando confuso quando se trata dele ou do interlocutor. Essa confusão entre autor e interlocutor, que em tempos mais recentes pode ser facilmente enquadrada na categoria plagiária, podemos dizer que não é uma especificidade de Aprígio Guimarães e o leitor dessa monografia com algumas leituras do século XIX brasileiro certamente terá outros exemplos em mente. Importa que, quando Guimarães pontua da seguinte maneira: “começamos pelo experimentalismo científico dos fatos econômicos, a ver se atraímos os adversários às alturas

---

<sup>122</sup>GUIMARÃES, Aprígio. Apontamentos de Economia Política. **Revista Brasileira**. Tomo II, 1879, pág. 26. Grifo do autor.



filosóficas da nossa ciência. Falarei ainda **com** Spencer”<sup>123</sup>, fica implícito que falar “com” é falar “junto” e “para além” de. De modo que, pensar o enunciado de Guimarães, como de outros autores, e sua preocupação com o estatuto dos princípios liberais no Brasil – algo que há alguns anos talvez ainda fosse incluído em apenas mais uma das tentativas de autores brasileiros à procura de um modelo alienígena para explicar o país – pressupõe considerar todas essas questões advindas de uma leitura pragmática do texto histórico que o veja não apenas como meio para exposição ideológica, mas ele próprio como alvo das indagações por conter dimensões, novamente, que vão além de uma dualidade entre “ideias” e “realidade”.

Antes de encerrar este trabalho, vale ressaltar o seu caráter de incompletude, a certeza de que muitas perguntas deixaram de ser colocadas e as que foram colocadas obtiveram respostas um tanto quanto apenas parciais. Contudo, retomando as colocações iniciais de Frank Ankersmit e aceitando seu desafio epistemológico a respeito da objetividade do conhecimento histórico, fica ao menos a impressão de que em dois anos de investigação, a trajetória desta pesquisa tenha liberado enunciados e sentidos que assumam uma relativa importância para nos haver com nosso presente. Um estudo como este sobre a *Revista Brasileira* e o problema dos intercâmbios intelectuais no século XIX procurou levantar questionamentos sobre a pluralidade de experiências e práticas intelectuais através de seus aspectos relacionais, de suas circulações e apropriações. Colocou sob dúvida estruturas de poder unitárias e globais, e fez um convite ao pensar sobre as feições díspares e heterogêneas dos processos de apropriações de conceitos e linguagens.

\*

## **Bibliografia e fontes**

### *a) Fontes:*

**Revista Brasileira:** Jornal de Ciências, Letras e Artes. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, Tomo I-IV, 1857-1861.

**Revista Brasileira.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, Tomo I-X, 1879-1881.

### *b) Bibliografia teórica e sobre o tema:*

ANKERSMIT, Frank. Historiografia e pós-modernismo. **Topoi**, Rio de Janeiro, mar. 2001.

ARAÚJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo:** conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

---

<sup>123</sup>GUIMARÃES, Aprígio. Apontamentos de Economia Política, pág. 102. Grifo nosso.

- ARMANI, Carlos Eduardo. **Discursos da nação**: historicidade e identidade nacional no Brasil de fins do século XIX. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2010.
- BEIRED, José Luis Bendicho; PRADO, Maria Ligia; CAPELATO, Maria Helena (Orgs.). **Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas**. Assis : FCL-Assis-UNESP Publicações; São Paulo: Laboratório de Estudos de História das Américas – FFLCH – USP, 2010.
- CAMARGO, Katia A. F. de. A Revista como Fonte de Pesquisa. Rio Claro, **Revista Educação**: Teoria e Prática - v. 13, n.24, jan.-jun.-2005; n. 25, jul.-dez.-2005.
- CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de sombras**: a política imperial. São Paulo: Edições Vértice, 1988.
- CARVALHO FRANCO, Maria S. de. As idéias estão no lugar. **Cadernos de Debate**, nº 1, 1976.
- CHARLE, Christophe. **Naissance des “intellectuels”** (1880-1900). Paris: Éditions de Minuit, 1990.
- COSTA, Carlos Roberto. **A Revista no Brasil, o século XIX**. São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- COSTA LIMA, Luiz. **Dispersa Demanda**: ensaios sobre literatura e teoria. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2.ed., 1994.
- FERES JUNIOR, João (org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- GIRARD, René. **Mentira romântica, Verdade romanesca**. Trad. De Lília Ledon da Silva. São Paulo: E-realizações, 2009.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos? O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 1, 1988.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos Sentidos**. São Paulo: Editora 34, 1998.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HARTOG, François. Situações postas à história. **Revista de História**, São Paulo, n. 166, p. 17-33, jan./jun. 2012.
- HOLANDA, Sergio Buarque. **Capítulos de história do Império**. Org.: Fernando Novais – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

- KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise**. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **historia/Historia**. 2º ed. Madrid: Editorial Trotta, 2010.
- MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista: Imprensa e práticas culturais em tempos de república, São Paulo (1890-1922)**. São Paulo: Edusp, 2008.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MIRANDA, Kátia Rodrigues Mello; AZEVEDO, Sílvia Maria. Revista Popular (1859-1862) e Jornal das Famílias: (1863-1878): um perfil dos periódicos de Garnier. **TriceVersa**, Assis, v.3, n.2, nov.2009-jun.2010.
- MOREIRA, Ildeu de Castro; MASSARANI, Luiza. Cândido Batista de Oliveira e seu papel na implantação do sistema métrico decimal no Brasil. **Rev. Soc. Bras. Hist. Ciência** 18, 3-16, (1997).
- MOREL, Marco; BARROS, Mariana M. de. **Palavra, imagem e poder**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- PALTI, Elias. **El tiempo de la política**. El Siglo XIX reconsiderado. 1ºed. Buenos Aires: Siglo XIX editores Argentina, 2007.
- PAULA, João Antonio de. Walras no *Journal Des Économistes*: 1860-65. **Rev. Bras. Econ.** vol.56 no.1 Rio de Janeiro Mar. 2002.
- PINHEIRO, Rachel. **As publicações dos integrantes da Comissão Científica de Exploração**. Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, set. 2004.
- RICUPERO, Bernardo. **O Romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ROSSI, Paolo. **Naufraágios sem espectador: a idéia de progresso**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- SARMENTO, Carlos Eduardo. **A medida do progresso: as elites imperiais e a adoção do sistema métrico no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1997.
- SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**. Trad. De Vera Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro:** Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista. Porto Alegre, *UFRGS*, Dissertação de Mestrado, 2005.

TURIN, Rodrigo. **Tempos cruzados:** escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2009.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical:** história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERGARA, Moema. **A Revista Brasileira:** vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República. Tese de doutorado, Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003.